

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GESTÃO 2012**

**DESEMBARGADOR VANDERLEI ROMER
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

**Florianópolis/SC
(janeiro/2013)**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO - PALAVRAS INICIAIS.....	4
2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA.....	7
2.1. Julgamentos.....	7
2.1.1. Tribunal Pleno.....	7
2.1.2. Conselho da Magistratura.....	7
2.1.3. Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos ...	7
2.2. Participação em eventos realizados fora do município de Florianópolis.....	8
2.3. Participação em Mutirão Carcerário.....	8
2.4. Reuniões com membros dos Poderes Judiciário e Executivo e Advogados.....	8
3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO.....	9
3.1. Núcleo I: Orientação Institucional.....	9
3.2. Núcleo II: Planejamento, Projeto e Revisão do Código de Normas.....	9
3.2.1. Atividades desenvolvidas durante o ano de 2012:.....	9
3.2.2. Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça.....	11
3.2.3. Reestruturação da Corregedoria-Geral de Justiça.....	11
3.2.4. Projeto Programa de Julgamento Prioritário.....	11
3.2.5. Projeto Mutirão de Sentenças.....	12
3.2.6. Projeto Mutirão do Júri.....	12
3.2.7. Projetos Diversos.....	13
3.3. Núcleo III: Correicional e Instrução Disciplinar.....	14
3.3.1. Inspeções Presenciais realizadas em 2012.....	14
3.3.2. Inspeções Mistas realizadas em 2012.....	14
3.3.3. Inspeções Remotas realizadas em 2012.....	16
3.3.4. Despachos, Pareceres, Ofícios, Informações, Relatórios de Verificação Final e expedientes.....	17
3.3.5. Instruções em Processos Administrativos com inquirições em 2012.....	19
3.3.6. Demais atividades realizadas.....	19
3.4. Núcleo IV: Serventias Extrajudiciais.....	19
3.4.1. Considerações iniciais.....	19
3.4.2. Atividades Desenvolvidas.....	20
3.4.3. Comissão dos Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais.....	35
3.4.4. Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo.....	53
3.5. Núcleo V: Execução Penal, Infância e Juventude e Violência Doméstica.....	61
3.5.1. Funções e atividades desenvolvidas pelo do Núcleo V – Direitos Humanos.....	61
3.6. Atividades da Escrivania Correicional.....	67
3.6.1. Núcleo I - De orientação institucional.....	67
3.6.2. Núcleo II - De planejamento e de projetos.....	67
3.6.3. Núcleo III - De inspeção correicional e instrução disciplinar.....	69
3.6.4. Núcleo V.....	74
3.6.5. Apresentações, palestras e cursos.....	74
4. ATIVIDADES DA COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CEIJ.....	75
4.1. Apresentação.....	75
4.1.1. Quadro de pessoal.....	75
4.1.2. Projetos.....	76
4.1.3. Projetos Conjuntos.....	78
4.1.4. Organização de seminários.....	79
4.1.5. Visitas técnicas.....	80
4.1.6. Cursos e palestras ministradas.....	82
4.1.7. Participação em eventos.....	83
4.1.8. Atividades diversas.....	85
4.1.9. Metas para 2013.....	90
5. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA.....	93
6. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA.....	95
7. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS.....	98
7.1. Atendimento a consultas por telefone.....	98
7.2. Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais.....	98
7.3. Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone.....	98
7.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria.....	98
7.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos.....	99
7.6. Outras atividades.....	100
7.7. Projetos em andamento.....	101
7.8. Participação em eventos.....	101
8. ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA.....	102
8.1. Site da Corregedoria Geral da Justiça.....	102

8.2. Site da CEJ.....	102
8.3. Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA.....	103
8.4. SPO – Sistema de Pagamento de Oficiais de Justiça	103
8.5. Plantão judicial de primeiro grau.....	103
8.6. Casa da Cidadania	103
8.8. Jurado Voluntário e Portal de Peritos	104
8.8. SAJ Estatística.....	104
8.9. Sistema de Inspeção Virtual	104
8.10. Emissão de relatórios estatísticos.....	104
8.11. Programa DNA.....	105
8.12. Troca de microcomputadores e periféricos.....	105
8.13. SSP – Secretaria de Segurança Pública	105
8.14. Sistemas CNJ.....	105
8.15. TRE – Tribunal Regional Eleitoral.....	105
8.16. Rol de Antecedentes Criminais.....	105
8.17. Metas – CNJ	106
8.18. Projeto Malote Digital – Hermes	106
8.19. Relatórios Gerenciais.....	106
8.20. BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão.....	106
8.21. Portal Transparência Institucional e Metas de Nivelamento da Corregedoria Nacional.....	107
8.22. Consulta a base de dados da CASAN	107
8.23. Portal Assistência à Saúde (Res. 107 CNJ).....	107
8.24. Portal do Extrajudicial	107
8.25. Projeto de Selos.....	107
8.26. Projeto Ressarcimento de Selos.....	108
8.27. Projeto Selo Digital	109
8.28. Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita	109
8.29. Ressarcimento dos Juízes de Paz.....	109
8.30. SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção.....	109
8.31. Portal de Consulta do Selo Digital	110
8.32. Cadastro dos Juízes de Paz	110
8.33. Módulo de Cadastro on-line das serventias (Supercadastro)	110
8.34. Atividades diversas	110
8.35. Pesquisa de cartórios	111
8.36. Atendimento.....	111
8.37. Atendimento TSI – Técnico de Suporte em Informática.....	112
9. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA	114
9.1. Apresentação.....	114
9.2. Quadro de pessoal.....	114
9.3. Atribuições	115
9.4. Projetos/Atividades	116
9.5. Dados estatísticos.....	117
10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL	123
10.1 Atividades Desenvolvidas	123
10.2 Participação dos servidores da Secretaria-Geral em cursos de capacitação	125
11. CONCLUSÃO – PALAVRAS FINAIS.....	126
12. ANEXOS.....	127
12.1. Anexo 1 – Relatório anual de acompanhamento de processos – Divisão Administrativa.....	127
12.2. Anexo 2 – Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária	128
12.3. Anexo 3 – Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária.....	129

1. INTRODUÇÃO - PALAVRAS INICIAIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 383, XIX, da Lei n. 5.624/1979 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e também aos princípios da eficiência e da transparência, apresento ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desta Corregedoria-Geral da Justiça, no foro judicial e extrajudicial, relativo ao exercício de 2012.

Como todos os elementos necessários foram fornecidos pelos respectivos núcleos, divisões e outros setores da Corregedoria e acompanham a presente introdução, despicienda é a sua repetição exaustiva, podendo qualquer dúvida ou omissão ser suprida a tempo e modo.

Antes de tudo, é imperioso registrar o pronto e valioso apoio que este Corregedor sempre recebeu do Excelentíssimo Desembargador Cláudio Barreto Dutra, Presidente do Tribunal de Justiça, sensível aos pleitos que lhe foram dirigidos, nada obstante a reconhecida carência de magistrados e servidores, característica do ano findo, que se espera possa ser normalizada em breve.

Notável também o auxílio importante e permanente da Excelentíssima Desembargadora Salete Silva Sommariva, Vice-Corregedora-Geral da Justiça, e Coordenadora da Cepevid – Coordenadoria da Execução Penal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, possibilitando uma atuação conjunta e harmoniosa nas mais diversas ações deste Órgão.

De inegável relevo tem sido, ainda, a colaboração do Excelentíssimo Desembargador Sérgio Izidoro Heil, Coordenador da CEIJ – Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, em especial para o Núcleo V – Direitos Humanos.

Quanto aos resultados obtidos, que penso serem expressivos, são fruto da dedicação e do trabalho sério, competente, muito bem planejado e executado pelos Excelentíssimos Juízes-Corregedores Vitoraldo Bridi – Núcleo I: Orientação Institucional; Antônio Carlos Zoldan da Veiga – Núcleo II: Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas; Luiz Cesar Schweitzer, Núcleo III: Correicional e Instrução Disciplinar; Davidson Jahn de

Mello, Núcleo IV: Serventias Extrajudiciais; e Alexandre Karazawa Takaschima, Núcleo V: Direitos Humanos, este instalado em maio de 2012.

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção – Ceja, que tem à frente a Senhora Mery-Ann G. Furtado e Silva, igualmente merece registro positivo, bem como todos os demais setores, sem exceção. Deixa-se de nomeá-los um a um, para evitar o risco de eventual omissão. O mérito é de todos, sem exceção, mas pela afinidade com as funções do gabinete, cito Christiano Oliveira Carioni, Secretário-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça; Giselle Volpato Faria, Oficial de Gabinete; Tatiana Melissa Mattos, Secretária Jurídica; Antônio Carlos Michelin, Chefe da Divisão Judiciária; e Sônia Maria Schmitt Pasini, Chefe da Divisão Administrativa.

Mesmo antes de assumir o cargo de Corregedor, conhecia a necessidade de um relacionamento mais próximo e informal de alguns magistrados com a Corregedoria. Isso por razões das mais diversas.

Meu objetivo sempre foi - e continua sendo - o encurtamento da distância entre o primeiro grau de jurisdição e o Tribunal, através do diálogo franco, direto e sincero com juízes e desembargadores, mesmo que, em casos isolados, se fizer necessário certo rigor, obrigação ínsita ao cargo.

Visitei várias comarcas e pretendo intensificar esta prática em 2013, já que os resultados foram extremamente animadores.

Focados no interesse dos juízes, foram criadas e estão em andamento, com a participação da Associação dos Magistrados, a Comissão para a elaboração de estudos e a propositura de critérios objetivos na promoção pelo critério de merecimento, a Comissão de Saúde e a Comissão Permanente de Segurança e Assistência dos Juízes colocados em Situação de Risco (Resolução n. 33/2010-GP, de 26 de julho de 2010). Houve atuação destacada em algumas dessas questões que, pela sua própria natureza, não recomendam sua divulgação.

Está em curso avançado de elaboração o novo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, trabalho hercúleo, extenuante, meticuloso e de grande utilidade para os magistrados de primeiro grau, sobretudo os mais novos, e que, espera-se, possa ser aprovado e implementado no início do segundo semestre.

Foi criado, ainda, o Núcleo V: Direitos Humanos, cujas atividades iniciaram em maio de 2012, com atuação decisiva, principalmente nas unidades prisionais, no combate à violência doméstica, nas políticas públicas voltadas à infância e juventude, notadamente no atendimento socioeducativo e no recente projeto “Direito de Ser Idoso”.

Em parceria com a Escola Superior de Administração e Gerência – Esag –, retomaram-se os trabalhos da reestruturação organizacional da Corregedoria, os quais tiveram início na gestão do Excelentíssimo Desembargador Trindade dos Santos e continuidade na gestão do saudoso Desembargador Solon d'Eça Neves. O projeto contempla o plano físico, pessoal e estratégico, a fim de buscar a otimização dos recursos públicos, a eficiência do serviço e a celeridade da atividade-fim do Poder Judiciário, que é a de solucionar os conflitos que lhe são postos à mesa. Essa reestruturação terá como meta a autonomia administrativa e orçamentária da Corregedoria, em conformidade com o que tem sido ditado reiteradamente pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

No âmbito externo, destaca-se a criação, no sítio da Corregedoria-Geral, da página “transparência institucional”, e o lançamento do boletim eletrônico “Magistral”, ferramentas que possibilitam à sociedade maior acesso a informações sobre a atuação deste Órgão.

De ressaltar, ainda, a quantidade de inspeções correicionais no foro judicial e nas serventias extrajudiciais, que supera com folga as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

E, finalmente, mas não de somenos importância, tem-se o lançamento, em 30 de novembro de 2012, da versão 2.0 do Selo Digital de Fiscalização, desenvolvida pela Assessoria de Informática deste Órgão. Cuida-se de versão que, além de consolidar os formatos de atos extrajudiciais, de modo a adaptá-los às novas exigências normativas, também aprimorou tais modelos e propiciou o desenvolvimento de novos serviços informatizados, o que aniquilou qualquer possibilidade de fraude.

Florianópolis, em 10 de janeiro de 2013

Desembargador **Vanderlei Romer**
Corregedor-Geral da Justiça

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.1. Julgamentos

No decorrer do ano de 2012, o Corregedor-Geral da Justiça julgou os processos que seguem indicados.

2.1.1. Tribunal Pleno

- **Apresentação de 3 (três) Relatórios Conclusivos**

1. Sindicância n. 0011974-54.2011.8.24.0600
2. Sindicância n. 0010174-54.2012.8.24.0600
3. Pedidos de Providências n. 0012249-03.2011.8.24.0600, 0012293-22.2011.8.24.0600, 0012249-03.2011.8.24.0600, 0011467-59.2012.8.24.0600, 0011084-81.2012.8.24.0600, 0010871-12.2011.8.24.0600, 0010688-41.2011.8.24.0600, 0011350-68.2012.8.24.0600, 0011299-57.2012.8.24.0600, 0012727-74.2012.8.24.0600, 0012602-09.2012.8.24.0600, 0011804-48.2012.8.24.0600 e Reclamação Disciplinar n. 0010590-22.2012.8.24.0600 - Apresentação de Relatório Conclusivo único

2.1.2. Conselho da Magistratura

- Recurso de Decisão n. 2012.900048-0
- Processo CGJ-E n. 1446/2009
- Pedido de Providências n. 2012.900050-1
- Pedido de Providências n. 2008.900006-9
- Pedido de Providências n. 0011017-19.2012.8.240600
- Pedido de Providências n. 2012.900068-4

2.1.3. Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

- Processos n. 152903-2010-0 e 362189-2010.8
- Processo n. 452820-2012.4
- Processo n, 451776-2012.9
- Processo n. 462767-2012.9
- Processo n. 465616-2012.4
- Processo n. 397001-2010-9

2.2. Participação em eventos realizados fora do município de Florianópolis

- 59º ENCOGE, Foz do Iguaçu/PR (19 a 21 de março)
- 60º ENCOGE, Maceió/AL (22 a 25 de agosto)
- 61º ENCOGE, Gramado/RS (8 a 10 de novembro)
- Encontro da Associação dos Magistrados Catarinenses, Balneário Camboriú/SC (1º de dezembro)

2.3. Participação em Mutirão Carcerário

- São Francisco do Sul, Blumenau e Lages

2.4. Reuniões com membros dos Poderes Judiciário e Executivo e Advogados

COMARCA	PARTICIPANTES
Balneário Camboriú	Magistrados e advogados
Blumenau	Magistrados e advogados
Brusque	Magistrados e advogados
Chapecó	Magistrados e advogados
Criciúma	Magistrados e advogados
Gaspar	Magistrado e Prefeito Municipal
Indaial	Magistrado, Prefeito Municipal e autoridades
Joinville	Magistrados e advogados
Lages	Magistrados, advogados e Promotores de Justiça
Rio do Sul	Magistrados e advogados
São Francisco do Sul	Magistrados e advogados
São João Batista	Magistrados e advogados
Xanxerê	Magistrados, advogados e Promotores de Justiça

3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1. Núcleo I: Orientação Institucional

- No período de janeiro a 12 de dezembro de 2012, a Corregedoria-Geral da Justiça autuou 882 procedimentos administrativos vinculados ao Núcleo I. Desse universo, todos tramitaram em formato digital. Atualmente, 237 feitos continuam em curso;
- Quanto aos atendimentos prestados pela assessoria do Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados, contabilizam-se os seguintes dados:
 1. Atendimento prestado por telefone: 4.720
 2. Atendimento prestado por correspondência eletrônica: 5.560
 3. Atendimento prestado pessoalmente: 585

3.2. Núcleo II: Planejamento, Projeto e Revisão do Código de Normas

3.2.1. Atividades desenvolvidas durante o ano de 2012:

- Editadas 2 (duas) Resoluções Conjuntas: n. 1/2012-GP/CGJ (Institui o Mutirão de Sentenças de 2012) e n. 2/2012-GP/CGJ (Altera a redação de dispositivos da RC n. 6/2008-GP/CGJ, que dispõe sobre a racionalização dos arquivos das Comarcas, sua remessa à Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário do TJSC).
- Editados 11 (onze) Provimentos.
- Editadas 9 (nove) Circulares.
- Editados 59 (cinquenta e nove) Ofícios-Circulares.
- Editadas 3 (três) Orientações e atualizadas 8 (oito).
- Exarados 553 (quinhentos e cinquenta e três) pareceres.
- Participação em 288 (duzentos e oitenta e oito) reuniões, sendo 226 (duzentos e vinte e seis) do Núcleo, que contou em grande parte com a presença do Juiz Corregedor, e 62 (sessenta e duas) exclusivas do Juiz Corregedor.
- Participação em 2 (dois) ENCOGE – Encontro do Colégio dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça.
- Respondidas 2.622 (duas mil e seiscentas e vinte e duas) mensagens, via correio eletrônico, sendo:

Projeto/Sistema	Quantidade de e-mails
Bacenjud e CCS	980
SAT	475
Prodnasc	350
Projetos Diversos	340
Sistemas CNJ	305
Jurisdição Delegada	246
Infojud	146
TOTAL	2.622

- Atendimentos via telefone, com orientações ou informações relacionadas aos Sistemas Auxiliares: Bacenjud, CCS, SAT, Prodnasc, Sistemas CNJ, Jurisdição Delegada, Infojud, Renajud etc.
- Realizados 5 (cinco) cursos, em parceria com a Academia Judicial, para a capacitação de servidores acerca de assuntos diversos.
- Realizada Videoconferência sobre o sistema PRODNASC, em parceria com a Academia Judicial, para a capacitação de servidores das Varas com competência relacionada à investigação de paternidade.
- Remetidos 1.700 (um mil e setecentos) kits do Projeto Prodnasc para as Varas com competência para a realização de audiência com coleta de material genético.
- Criada a página no sítio da CGJ atinente à “Transparência Institucional” e publicação do cumprimento das Metas de Nivelamento do CNJ-CORR.
- Atualizadas as informações do sítio da CGJ concernentes aos Sistemas Auxiliares: Bacenjud, CCS, SAT, Prodnasc, Sistemas CNJ, Jurisdição Delegada, Infojud, Renajud etc.

- Elaborado o Plano de Gestão da Corregedoria-Geral de Justiça de 2012, para acompanhamento das Metas de Nivelamento da Corregedoria-Nacional de Justiça.
- Elaborada a Minuta de Resolução sobre a tramitação do Processo Eletrônico, em parceria com a Diretoria Geral-Judiciária, que foi entregue diretamente ao CGINFO para deliberação.
- Elaborada a Minuta de Resolução sobre o Sistema Malote Digital – Hermes, que aguarda a validação dos demais setores envolvidos.

3.2.2. Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça

Foi iniciado o Projeto de Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, que contou, neste ano, com a disponibilização de formulário eletrônico no sítio desta CGJ para sugestões da Comunidade Jurídica em Geral e com a realização de 52 (cinquenta e duas) reuniões. Já foi concluído o sumário do aludido Código e está em desenvolvimento a redação das disposições deste.

3.2.3. Reestruturação da Corregedoria-Geral de Justiça

Este Núcleo iniciou, em parceria com os demais setores desta CGJ e sob a coordenação da Secretaria, o Projeto de Reestruturação deste Órgão Correicional. Foi deliberado, em reunião, pela realização de contato com a UDESC-ESAG, para verificar a possibilidade de assessoria externa, com a apresentação de proposta de trabalho.

3.2.4. Projeto Programa de Julgamento Prioritário

A equipe do Programa de Julgamento Prioritário – PJP realizou acompanhamento in loco em 95 (noventa e cinco) unidades judiciárias de 17 (dezesete) Comarcas.

No final do mês de novembro/2012, registrou-se a baixa de 19.795 (dezenove mil e setecentos e noventa e cinco) processos, o que

representa 30,61% do acervo existente em 01/01/2012, de processos distribuídos até 31/12/2007.

Ainda estão pendentes de julgamento aproximadamente 44.867 (quarenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e sete) processos. Necessário considerar, no entanto, que grande parte deste acervo restante dependem única e exclusivamente da iniciativa das partes (inventário, arrolamento, sobrepartilha, usucapião, divórcio litigioso etc), enquanto outro número considerável aguarda a realização de perícias.

3.2.5. Projeto Mutirão de Sentenças

O Mutirão de Sentenças foi mantido por este Núcleo e atingiu a quantidade de 1.986 (um mil e novecentos e oitenta e seis) processos julgados. O aludido Projeto contou com a participação de 26 Juízes sentenciantes e 54 cedentes e auxiliou ao total 55 Unidades Judiciárias em todo o Estado.

3.2.6. Projeto Mutirão do Júri

Este Núcleo, em parceria com o Núcleo V desta CGJ, instituiu e coordenou o Projeto Mutirão do Júri que visava ao atendimento das Metas 3 e 4 da ENASP – Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública de 2012. O projeto abrangeu três fases dos processos de competência do Tribunal de Júri: a) fase de instrução; b) fase de pronúncia e c) fase do júri.

No tocante à fase de instrução, foi solicitado aos Magistrados de 15 Unidades Judiciárias a concentração da realização da instrução, no período de 26/11/2012 a 07/12/2012, dos processos que se enquadravam na Meta 3 da ENASP.

Concernente à fase de pronúncia, foram selecionados 40 (quarenta) processos conclusos para pronúncia, relacionados também à Meta 3, provenientes de 8 Unidades Judiciárias, e que foram sentenciados em regime de mutirão.

Por fim, no que tange à fase do júri, promoveu-se mutirão de sessões do júri englobando processos, dentro dos parâmetros da Meta 4 da ENASP.

3.2.7. Projetos Diversos

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Certidão Negativa na Web	CGJ e DTI	DTI	Iniciado o Piloto na Capital. O projeto está em acompanhamento.
Sistema Malote Digital – Hermes	CGJ, Presidência e DTI	CGJ e DTI	Iniciado o Piloto na Comarca Integrada da Capital. O projeto está em acompanhamento.
Casan – Consulta de dados de consumidores	CGJ	CGJ	Concluído e em pleno funcionamento.
BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão	CGJ e DTI	CNJ	Concluído e em pleno funcionamento.
Convênio com a PGE para pagamentos dos peritos	CGJ, Presidência e PGE	CGJ	O Convênio foi firmado sob n. 81/2012 e está aguardando apenas os ajustes nos sistemas para ser implementado integralmente.
Medicamentos fornecidos pelo Poder Público	CGJ, Presidência e PGE	CNJ	Criado o Projeto de Portal de Assistência à Saúde, que será disponibilizado a partir da celebração de Convênio/Termo de Cooperação Técnica com a Secretária da Saúde.
Promoção por merecimento dos Magistrados	CGJ	CGJ	Foram realizadas várias reuniões, estando o projeto em desenvolvimento.
Saúde dos Magistrados	CGJ	CGJ	Foram realizadas várias reuniões, estando o projeto em desenvolvimento.
Sistema Intimafone	CGJ	CGJ	Implantado nas comarcas que possuem VOIP. A conclusão em 100% de todas as Comarcas do Estado está prevista para 2015, pela DTI.
SPO – Sistema de Pagamento dos Oficiais	CGJ e DTI	CGJ	Sistema de requisição eletrônica para pagamento das conduções dos oficiais de justiça, com base centralizada que gerencia todo o Estado. Mantido pela Assessoria de Informática desta CGJ.
Fundo de Ressarcimento de Conduções	CGJ, Presidência, ASPLAN, DTI e DOF	CGJ	Aguarda manifestação do Conselho da Magistratura.
Custas na Web	DTI e CGJ	DTI	Em desenvolvimento.
Novo sítio da CGJ	CGJ	CGJ	Iniciada a criação do novo sítio da CGJ, com o leiaute já concluído.
SAJ-5 no âmbito da CGJ	CGJ	CGJ	Criado o Grupo de Trabalho para tratar do assuntos relacionados ao SAJ-5 no âmbito desta CGJ.

Fonte: CGJ – Núcleo II

3.3. Núcleo III: Correicional e Instrução Disciplinar

Cumprir informar que no início do ano de 2012, com o objetivo de atender à determinação do Conselho Nacional de Justiça de que pelo menos 30% das unidades jurisdicionais fossem inspecionadas, foi implementada a Inspeção Correicional Remota. Para tanto, foi utilizado um modelo de relatório de fiscalização previamente padronizado, por meio do qual se buscou aferir um diagnóstico mais preciso da gestão dos trabalhos em nossas comarcas. Foi dada ênfase, principalmente, na utilização e obediência dos padrões estabelecidos no Código de Normas desta Corregedoria-Geral da Justiça, assim como na uniformização dos procedimentos por parte das secretarias e cartórios.

Da mesma maneira, no decorrer do ano, ainda foram realizadas as Inspeções Presenciais e Mistas, conforme cronograma publicado por meio do ofício-circular 28/2012. Nestas, com a utilização de parâmetros específicos, buscou-se aprimorar e corrigir os pontos que afetam o bom andamento das atividades forenses.

Assim sendo, dando publicidade aos trabalhos correicionais realizados neste ano, cumpre destacar o seguinte:

3.3.1. Inspeções Presenciais realizadas em 2012

1	Sombrio, 1ª Vara	05/03/2012
2	Sombrio, 2ª Vara	05/03/2012
3	Sombrio, Setores Adm	05/03/2012
4	Rio Negrinho, 1ª Vara	12/03/2012
5	Rio Negrinho, 2ª Vara	12/03/2012
6	Rio Negrinho, Setores Adm	12/03/2012
7	Xaxim, 1ª Vara	26/03/2012
8	Xaxim, 2ª Vara	26/03/2012
9	Xaxim, Setores Adm	26/03/2012
10	Ituporanga, 1ª Vara	06/08/2012
11	Ituporanga, 2ª Vara	06/08/2012
12	Ituporanga, Setores Adm	06/08/2012

3.3.2. Inspeções Mistas realizadas em 2012

1	Eduardo Luz, Sucessões	10/04/2012
2	Eduardo Luz, 1º Juiz. Esp. Cível	11/04/2012
3	Eduardo Luz, 2º Juiz. Esp. Cível	12/04/2012
4	Eduardo Luz, Setores Adm	10/04/2012
5	São José, Fazenda Pública	17/04/2012

6	São José, Direito Bancário	18/04/2012
7	São José, Juiz. Especial Cível	19/04/2012
8	São José, Setores Adm	17/04/2012
9	São Bento do Sul, 1ª Vara	24/04/2012
10	São Bento do Sul, 2ª Vara	25/04/2012
11	São Bento do Sul, 3ª Vara	26/04/2012
12	São Bento do Sul, Setores Adm	24/04/2012
13	Itapema, 1ª Vara Cível	08/05/2012
14	Itapema, 2ª Vara Cível	09/05/2012
15	Itapema, Vara Criminal	10/05/2012
16	Itapema, Setores Adm	08/05/2012
17	Navegantes, 1ª Vara Cível	22/05/2012
18	Navegantes, 2ª Vara Cível	23/05/2012
19	Navegantes, Vara Criminal	24/05/2012
20	Navegantes, Setores Adm	22/05/2012
21	Pomerode, Vara Única	12/06/2012
22	Ascurra, Vara Única	13/06/2012
23	Presidente Getúlio, Vara Única	14/06/2012
24	Garopaba, Vara Única	25/06/2012
25	Imbituba, 1ª Vara	26/06/2012
26	Imbituba, 2ª Vara	27/06/2012
27	Imbituba, Setores Adm	26/06/2012
28	Imaruí, Vara Única	28/06/2012
29	Balneário Piçarras, 1ª Vara	09/07/2012
30	Balneário Piçarras, 2ª Vara	10/07/2012
31	Balneário Piçarras, Setores Adm	09/07/2012
32	Porto Belo, 1ª Vara	11/07/2012
33	Porto Belo, 2ª Vara	12/07/2012
34	Porto Belo, Setores Adm	11/07/2012
35	Braço do Norte, 1ª Vara Cível	24/07/2012
36	Braço do Norte, 2ª Vara Cível	25/07/2012
37	Braço do Norte, Vara Criminal	26/07/2012
38	Braço do Norte, Setores Adm	24/07/2012
39	Bom Retiro, Vara Única	21/08/2012
40	Correia Pinto, Vara Única	22/08/2012
41	Santa Cecília, Vara Única	23/08/2012
42	Biguaçu, 1ª Vara Cível	03/09/2012
43	Biguaçu, 2ª Vara Cível	04/09/2012
44	Biguaçu, Vara Criminal	05/09/2012
45	Biguaçu, Setores Adm	03/09/2012
46	Dionísio Cerqueira, Vara Única	25/09/2012
47	São José do Cedro, Vara Única	26/09/2012
48	Anchieta, Vara Única	27/09/2012
49	S. Lourenço do Oeste, V. Única	02/10/2012
50	Quilombo, Vara Única	03/10/2012
51	Coronel Freitas, Vara Única	04/10/2012
52	Abelardo Luz, Vara Única	16/10/2012
53	Ponte Serrada, Vara Única	17/10/2012
54	Seara, Vara Única	18/10/2012
55	Modelo, Vara Única	23/10/2012
56	Pinhalzinho, Vara Única	24/10/2012
57	São Carlos, Vara Única	25/10/2012
58	Palhoça, Setores Adm.	05/11/2012
59	Palhoça, 1ª Vara Cível	05/11/2012
60	Palhoça, 2ª Vara Cível	06/11/2012
61	Palhoça, 3ª Vara Cível	07/11/2012
62	Palhoça, Família	08/11/2012

63	Palhoça, 1ª Vara Criminal	12/11/2012
64	Palhoça, 2ª Vara Criminal	13/11/2012
65	Santo Amaro da Imp. - Vara Única e setores	20/11/2012
66	Biguaçu - Unidade judiciária de cooperação	21/11/2012
67	São Joaquim, 1ª Vara	27/11/2012
68	São Joaquim, Setores Adm.	27/11/2012
69	São Joaquim, 2ª Vara	28/11/2012
70	Urubici, Vara Única	29/11/2012

3.3.3. Inspeções Remotas realizadas em 2012

1	São José, 1ª Vara Cível	14/08/2012
2	São José, 2ª Vara Cível	15/08/2012
3	São José, 3ª Vara Cível	16/08/2012
4	Balneário Camboriú, vara da família e or.	25/07/2012
5	Balneário Camboriú, juizado especial cível	26/07/2012
6	Balneário Camboriú, 1ª vara cível	27/07/2012
7	Balneário Camboriú, 2ª vara cível	28/07/2012
8	Balneário Camboriú, 3ª vara cível	29/07/2012
9	Balneário Camboriú, 4ª vara cível	01/08/2012
10	Blumenau, 2ª vara da família	02/08/2012
11	Blumenau, 1ª vara da família	03/08/2012
12	Blumenau, vara de direito bancário	04/08/2012
13	Blumenau, 1ª vara cível	05/08/2012
14	Blumenau, 2ª vara cível	08/08/2012
15	Blumenau, 3ª vara cível	09/08/2012
16	Blumenau, 4ª vara cível	10/08/2012
17	Blumenau, 5ª vara cível	11/08/2012
18	Blumenau, juizado especial cível	12/08/2012
19	Chapecó, 1ª vara cível	15/08/2012
20	Chapecó, 2ª vara cível	16/08/2012
21	Chapecó, 3ª vara cível	17/08/2012
22	Chapecó, 4ª vara cível	29/08/2012
23	Chapecó, juizado especial cível	30/08/2012
24	Chapecó, vara da família e órfãos	31/08/2012
25	Chapecó, vara da família e infância	01/09/2012
26	Joinville, 1ª vara cível	02/09/2012
27	Joinville, 2ª vara cível	05/09/2012
28	Joinville, 3ª vara cível	06/09/2012
29	Joinville, 4ª vara cível	07/09/2012
30	Joinville, 5ª vara cível	08/09/2012
31	Joinville, 6ª vara cível	26/09/2012
32	Joinville, 7ª vara cível	27/09/2012
33	Joinville, 1ª vara direito bancário	28/09/2012
34	Joinville, 2ª vara direito bancário	29/09/2012
35	Joinville, 1º juizado especial cível	10/10/2012
36	Joinville, 2º juizado especial cível	11/10/2012
37	Joinville, 3º juizado especial cível	12/10/2012
38	Joinville, 1ª vara da família	13/10/2012
39	Joinville, 2ª vara da família	14/10/2012
40	Joinville, 3ª vara da família	17/10/2012
41	Itajaí, 3ª vara cível	18/10/2012
42	Itajaí, 4ª vara cível	19/10/2012
43	Itajaí, Juizado Especial Cível	31/10/2012
44	Lages, Vara da Infância e Juventude	01/11/2012
45	Lages, Juizado Especial Cível	02/11/2012

46	Lages, Vara da Família	03/11/2012
47	Lages, 1ª vara cível	04/11/2012
48	Lages, 2ª vara cível	07/11/2012
49	Lages, 3ª vara cível	08/11/2012
50	Lages, 4ª vara cível	09/11/2012
51	Rio do Sul, 1ª vara cível	10/11/2012
52	Rio do Sul, 2ª vara cível	21/11/2012
53	Rio do Sul, 3ª vara cível	22/11/2012
54	Tubarão, 1ª vara cível	23/11/2012
55	Tubarão, 2ª vara cível	24/11/2012
56	Tubarão, 3ª vara cível	25/11/2012

Totalizando 138 (cento e trinta e oito) inspeções correicionais.

3.3.4. Despachos, Pareceres, Ofícios, Informações, Relatórios de Verificação Final e expedientes

Documentos realizados em processos de Inspeção no ano de 2012

PROCESSO N.	UNIDADE	EXPEDIENTE
CGJ 0288/2010	3ª Vara Criminal de Lages	Parecer
CGJ 0444/2010	Vara Criminal de Araranguá	Relatório
CGJ 0799/2010	1ª Vara Cível de Xanxerê	Relatório
CGJ 1224/2010	1ª Vara de Gaspar	Despacho
CGJ 0484/2010	1ª Vara Criminal de Joinville	Despacho
CGJ 1224/2010	1ª Vara de Gaspar	Relatório
CGJ 0484/2010	1ª Vara Criminal de Joinville	Relatório
CGJ 1080/2010	Vara Criminal de Timbó	Ofício
CGJ 1227/2009	2ª Vara Cível de Canoinhas	Relatório
CGJ 1080/2010	Vara Criminal de Timbó	Relatório
CGJ 0286/2010	1ª Vara Criminal de Lages	Ofício
CGJ 1401/2009	1ª Vara da Família da Capital	Relatório
CGJ 0873/2009	1ª Vara Cível de Laguna	Relatório
CGJ 0445/2010	1ª V. Crime de Criciúma	Despacho
CGJ 1014/2010	Jaraguá do Sul (UNERJ)	Relatório
CGJ 1225/2010	2ª Vara de Gaspar	Parecer
CGJ 1225/2010	2ª Vara de Gaspar	Relatório
CGJ 1013/2010	2ª Vara Cível de Jaraguá do Sul	Relatório
CGJ 0713/2009	2ª Vara de Guarimirim	Relatório
CGJ 0445/2010	1ª Vara Crime de Criciúma	Relatório
CGJ 1125/2007	Maravilha	Informação
CGJ 0486/2010	3ª Vara criminal de Joinville	Ofício
CGJ 0945/2010	3ª vara Cível de Araranguá	Parecer
CGJ 0873/2009	1ª Vara Cível de Laguna	Despacho
CGJ 1226/2010	3ª Vara de Gaspar	Despacho
CGJ 0665/2010	1ª Vara Cível de Itajaí	Despacho
CGJ 1226/2010	3ª Vara de Gaspar	Relatório
CGJ 0665/2010	1ª Vara cível de Itajaí	Relatório
CGJ 1011/2009	J.E. Criminal de Blumenau	Despacho
CGJ 1010/2010	V. Fam. Inf. e Juv. Jaraguá do Sul	Informação
CGJ 1078/2010	1ª Vara Cível de Timbó	Despacho
CGJ 1180/2010	Vara Criminal de Campos Novos	Parecer
CGJ 1012/2010	1ª Vara Cível de Jaraguá do Sul	Relatório
CGJ 1010/2010	V. Fam. Inf. e Juv. Jaraguá do Sul	Relatório
CGJ 0288/2010	3ª Vara Criminal de Lages	Relatório
CGJ 1078/2010	1ª Vara Cível de Timbó	Relatório

CGJ 0946/2010	2ª Vara Cível de Araranguá	Relatório
CGJ 0713/2009	2ª Vara de Guarimir	Relatório
CGJ 0801/2010	Vara Criminal de Xanxerê	Ofício
CGJ 0945/2010	3ª Vara Cível de Araranguá	Relatório
CGJ 1402/2009	2ª Vara da Família da Capital	Relatório
CGJ 1226/2009	1ª Vara Cível de Canoinhas	Relatório
CGJ 0598/2010	Vara Criminal de Caçador	Relatório
CGJ 0929/2009	2ª Vara Cível de Laguna	Relatório
CGJ 0812/2009	2ª V. Crim. Balneário Camboriú	Relatório
CGJ 0713/2009	2ª Vara de Guarimir	Despacho
CGJ 0741/2010	V. Crim. de São Francisco do Sul	Despacho
CGJ 1178/2010	2ª Vara cível de Campos Novos	Despacho
CGJ 0801/2010	Vara Criminal de Xanxerê	Despacho
CGJ 0486/2010	3ª Vara Criminal de Joinville	Relatório
CGJ 1009/2010	Vara Criminal de Jaraguá do Sul	Despacho
CGJ 1013/2010	2ª Vara Cível de Jaraguá do Sul	Despacho
CGJ 0286/2010	1ª Vara Criminal de Lages	Relatório
CGJ 0487/2010	4ª Vara Criminal de Joinville	Relatório
CGJ 1226/2010	3ª Vara de Gaspar	Relatório
CGJ 1179/2010	1ª Vara Cível de Campos Novos	Relatório
CGJ 1012/2010	1ª Vara Cível de Jaraguá do Sul	Parecer
CGJ 0596/2010	1ª Vara Cível de Caçador	Parecer
CGJ 0666/2010	2ª Vara Cível de Itajaí	Parecer
CGJ 0598/2010	Vara Criminal de Caçador	Relatório
CGJ 0741/2010	V. Crim. de São Francisco do Sul	Despacho
CGJ 1079/2010	2ª Vara Cível de Timbó	Relatório
CGJ 0227/2009	3ª V. Crime de Chapecó	Relatório
CGJ 0446/2010	2ª Vara Criminal de Criciúma	Despacho
CGJ 0132/2009	2ª Vara Criminal de Itajaí	Relatório
CGJ 0812/2009	2ª V. Crim. Balneário Camboriú	Relatório
CGJ 1181/2010	Vara Criminal de Joaçaba	Relatório
CGJ 0227/2009	3ª Vara Criminal de Chapecó	Ofício
CGJ 0132/2009	2ª Vara Criminal de Itajaí	Relatório
CGJ 0741/2010	São Francisco do sul	Relatório
CGJ 0286/2010	1ª V Criminal de Lages	Despacho
CGJ 1180/2010	Vara Criminal de Campos Novos	Informação
CGJ 0597/2010	2ª Vara Cível de Caçador	Informação
CGJ 0740/2010	2ª Cível de São Francisco do Sul	Informação
CGJ 1226/2009	Vara Cível - Canoinhas	Parecer
0010781-04.2011	1ª Vara de Ibirama	Despacho
0010780-19.2011	Vara da Família de Itajaí	Relatório
0010824-38.2011	Cunha Porã	Parecer
0011094-62.2011	Itaiópolis	Parecer
0010824-38.2011	Cunha Porã	Relatório
0011094-62.2011	Itaiópolis	Relatório
0010781-04.2011	1ª Vara de Ibirama	Relatório
0010895-40.2011	São Lourenço do Oeste	Despacho
0010408-36.2012	Sombrio	Parecer
0010154-97.2011	Capital (Pedido de Providências).	Parecer
0010270-69.2012	São José (Pedido de Providências)	Parecer
0010781-67.2012	Capital (Correição Ordinária)	Despacho
0010487-49.2011	Criciúma (JEC)	Parecer
0011068-64.2011	Itajaí (Pedido de Providências)	Parecer
0010781-04.2011	1ª Vara de Ibirama	Parecer
0010780-19.2011	2ª Vara de Ibirama	Parecer
0010796-70.2011	Capital (1ª Vara da Fazenda)	Despacho
0010842-25.2012	1ª Vara Cível de Navegantes	Despacho

3.3.5. Instruções em Processos Administrativos com inquirições em 2012

CGJ 0856/2010	São Lourenço do Oeste	Audiência
---------------	-----------------------	-----------

3.3.6. Demais atividades realizadas

No decorrer deste ano foram respondidas diversas consultas via canal de e-mail deste núcleo (inspecao@tjsc.jus.br). Essa atuação diária e específica, além de diminuir a distância e estreitar relações com as demais unidades judiciais, efetivamente, auxilia e orienta prontamente os servidores do judiciário no decorrer das funções afetas à organização forense, ora respondendo aos questionamentos, ora esclarecendo dúvidas sobre a correta aplicação do Código de Normas desta Corregedoria-Geral da Justiça. Como resultado, obteve-se significativa melhora no que toca à uniformização dos procedimentos realizados nos cartórios judiciais.

3.4. Núcleo IV: Serventias Extrajudiciais

3.4.1. Considerações iniciais

O início de uma gestão, sob a supervisão de um novo Juiz-Corregedor, é fator preponderante para o surgimento de uma nova linha administrativa, com a proposição de novas medidas e um enfoque diferenciado na forma de condução do trabalho.

Em 2012 essa situação se repetiu, alicerçada em uma plena sintonia de divisão de responsabilidades entre o Corregedor-Geral e a Vice-Corregedora-Geral da Justiça.

Algumas inovações foram experimentadas logo no início do ano, destacando-se das demais a elaboração de um projeto anual de inspeções correicionais e a definição de 28 (vinte e oito) metas de atuação para o Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça.

Tais inovações mantiveram como norte a continuidade de ações preventivas junto aos serviços de notas e registros, com o objetivo de disseminar conhecimentos técnicos e gerenciais como forma de qualificação e melhoria para a posterior prestação dos serviços de orientação e fiscalização.

O modelo de gestão adotado prossegue com a escolha de métodos, ferramentas e estratégias para dinamizar as atividades

desempenhadas pelo Núcleo, ancoradas na busca incessante de melhoria tecnológica e qualificação técnica da equipe de trabalho.

O ano de 2012 foi marcado pela busca de maior aproximação com os delegatários dos serviços de notas e registros e por um constante aperfeiçoamento técnico dos componentes da equipe de trabalho do Núcleo IV. A qualificação foi a palavra de ordem durante este ano, isso porque, em conjunto com a academia judicial, os servidores do Núcleo IV participaram de 8 (oito) cursos de aperfeiçoamento no ano de 2012.

No âmbito interno, o Núcleo IV conseguiu reforçar sua estrutura e, com o apoio unânime do Tribunal Pleno, ampliou sua equipe de trabalho com 10 (dez) novos cargos de assessores correicionais, cargos esses que foram criados com o advento da Lei Complementar Estadual no. 572, de 19 de junho de 2012.

3.4.2. Atividades Desenvolvidas

3.4.2.1. Adequação e constante atualização, em parceria com setores técnicos, do sítio virtual “Portal do Extrajudicial – extrajudicial.tjsc.jus.br”;

3.4.2.2. Disseminação, aperfeiçoamento e incentivo para a utilização do S@E - Sistema de Atendimento do Extrajudicial (ofício-circular 118/2010);

3.4.2.3. Redução para o prazo de uma semana no tempo de resposta das consultas formuladas via S@E;

3.4.2.4. Ampliação das orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, junto ao portal do extrajudicial (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>);

3.4.2.5. Prestação de auxílio e orientação aos Juízes Diretores de Foro e magistrados responsáveis pelos registros públicos por meio de contatos telefônicos, correspondências eletrônicas e deslocamento de equipe correicional;

3.4.2.6. Participação e incentivo à realização de eventos de estudos acerca do Direito Notarial e Registral;

3.4.2.7. Estreitamento da relação com a Presidência e a 1ª. Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para a adoção das providências necessárias à preparação de concurso para a atividade extrajudicial do Estado de Santa Catarina e para as atividades relativas a eventuais declarações de vacâncias das serventias;

3.4.2.8. Atividades iniciais de atualização, revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais);

3.4.2.9. Planejamento inicial para a criação do Setor V do Núcleo IV, com responsabilidade de tratar de questões relativas ao concurso para ingresso na atividade registral e notarial, naquilo que compete a Corregedoria-Geral da Justiça, elaborar estudos, pareceres e critérios nos casos de vacâncias nas serventias, criação, extinção, desanexação e desacumulação dos serviços delegados;

3.4.2.10. Acompanhamento, aprimoramento e desenvolvimento do uso do Sistema Hermes – Malote Digital;

3.4.2.11. O cumprimento e a ampliação da meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para realizar inspeções correicionais em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das 583 (quinhentos e oitenta e três) serventias de notas e registros do Estado de Santa Catarina;

3.4.2.12. Participação em cursos para aprimoramento do conhecimento técnico de toda a equipe;

3.4.2.13. Aprimoramento do Sistema do Selo Digital, com a expedição de relatórios que promovem cruzamento de dados;

3.4.2.14. Início da elaboração do Manual de Ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz;

3.4.2.15. Ampliação e desenvolvimento de estudos para a liberação do ressarcimento dos atos gratuitos eventualmente bloqueados em virtude do cadastramento errôneo pelas serventias extrajudiciais;

3.4.2.16. Implantação da nova versão do Selo Digital de Fiscalização;

3.4.2.17. Início das tratativas para o compartilhamento das informações enviadas ao Sistema do Selo Digital com entes externos: IBGE, TRE, FECAM, Secretarias Fazendárias Estadual e Municipais;

3.4.2.18. Formatação do Sistema de Registro Real Eletrônico, que possibilitará a obtenção de certidões dos registros imobiliários de forma *online* e a protocolização de títulos para registro, além de facilitar o cumprimento das ordens judiciais de indisponibilidade;

3.4.2.19. Implantação da Central de Distribuição de Títulos levados a protesto em decorrência da parceria firmada entre a Corregedoria-Geral da Justiça e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, sucursal Santa Catarina;

3.4.2.20. Criação e desenvolvimento do Sistema de Auditoria do Selo Digital, que possibilitará a geração de relatórios baseados em críticas preestabelecidas e, com isso, viabilizar as inspeções virtuais;

3.4.2.21. Criação de ferramenta e método eletrônico para a realização das inspeções virtuais;

3.4.2.22. Criação, modernização e utilização do Módulo I do novo sistema de cadastro de notários, registradores e serventias;

3.4.2.23. Atualização do banco de sinais públicos das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina;

3.4.2.24. Controle, acompanhamento e prestação de orientações ao correto preenchimento do espaço Justiça Aberta junto ao Conselho Nacional de Justiça;

3.4.2.25. Elaboração do projeto para a criação de cargos de Analista Jurídico/Especialidade Extrajudicial, com lotação na secretaria do foro da comarca, para auxiliar o juiz-corregedor permanente;

3.4.2.26. Atuação em parceria com os demais núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça e com a Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do jornal eletrônico magistral;

3.4.2.27. Ampliação da divulgação eletrônica (notícias publicadas no sítio do Tribunal de Justiça) das atividades relevantes realizadas pelo Núcleo IV no ano de 2012;

3.4.2.28. Pedido de aquisição de novas obras para a Biblioteca setorial do Núcleo IV;

3.4.2.29. Elaboração da orientação 6, de 23/08/2012, que trata do preenchimento do sistema de cadastro das serventias;

3.4.2.30. Elaboração da orientação 7, de 25/09/2012, que trata do pedido virtual do ressarcimento dos atos gratuitos;

3.4.2.31. Elaboração da orientação 8, de 13/11/2012, que repassa informações acerca das prestações de contas dos interinos;

3.4.2.32. Criação de link, no Portal do Extrajudicial, com o planejamento estrutural do Núcleo IV e com orientações acerca da utilização do papel de segurança para os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais;

3.4.2.33. Atuação correicional disciplinar com a edição de Portarias que instauram processos administrativos disciplinares;

3.4.2.34. Elaboração de minuta de projeto de resolução para regulamentar os processos administrativos disciplinares em desfavor de notários e registradores;

3.4.2.35. Elaboração de pareceres, decisões e despachos que reduziram em mais de 80% (oitenta por cento) o número de procedimentos virtuais de competência do Núcleo IV;

3.4.2.36. Transmissões de Acervo praticadas pela equipe da Assessoria Correicional do Extrajudicial:

PROCESSO	ATIVIDADE	COMARCA MUNICÍPIO	SERVENTIA	PERÍODO
CGJ-E	Transmissão de acervo	Itapema	Registro de Imóveis	10 a 14/09/2012
CGJ-E	Transmissão de acervo	Capital	Escrivania de Paz do Distrito do Campeche	05/12/2012

3.4.2.37. Cumprimento prioritário de procedimentos oriundos do Conselho Nacional de Justiça;

3.4.2.38. Fornecimento de informação sobre usuário e senha de acesso ao Sistema Justiça Aberta, por meio de telefone e e-mail, a todos os delegatários para a atualização dos dados e dos atos realizados pelos escritórios extrajudiciais;

3.4.2.39. Informação mensal da produtividade do Corregedor e da Vice-Corregedora para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;

3.4.2.40. Elaboração de 15 (quinze) comunicações internas para o desenvolvimento de estudos e projetos relativos as atividades do Núcleo;

3.4.2.41. Continuidade na participação da Campanha Pai Legal;

3.4.2.42. Recepção das delegações de servidores do Tribunal de Justiça do Piauí e de Rondônia para apresentação do modelo de gestão do Núcleo IV, sua forma de trabalho e organização;

3.4.2.43 Elaboração e remessa para a 1º Vice-Presidência das informações relativas aos rendimentos das serventias, com o objetivo de divulgação para os candidatos habilitados no concurso para ingresso e remoção na atividade registral e notarial do Estado de Santa Catarina;

3.4.2.44. Prestação de atendimento e orientação aos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, com um total aproximado de 5.000 (cinco mil) ligações;

3.4.2.45 Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

DESTINATARIO	TOTAL	DESTINATARIO	TOTAL
Abelardo Luz	8	Jaraguá do Sul	29
Anchieta	1	Joaçaba	3
Ararangua	7	Joinville	59
Armazem	2	Lages	8
Ascurra	6	Laguna	1
Balneário Camboriú	4	Mafra	3
Barra Velha	13	Modelo	1
Biguaçu	3	Navegantes	6

Blumenau	42	Orleans	1
Bom Retiro	4	Otacílio Costa	3
Braço do Norte	3	Palhoça	17
Brusque	14	Palmitos	3
Camboriu	5	Porto Belo	1
Campo Ere	1	Balneário Piçarras	2
Campos Novos	2	Pinhalzinho	4
Canoinhas	2	Pomerode	2
Capinzal	1	Porto Belo	3
Capital	89	Porto União	2
Capivari de Baixo	2	Presidente Getúlio	1
Coronel Freitas	1	Rio do Campo	5
Assessoria de Custas	27	Rio do Oeste	1
Chapecó	9	Rio do Sul	3
Concórdia	4	Rio Negrinho	3
Correia Pinto	7	Santo Amaro	6
Criciúma	16	São Bento do Sul	3
Curitibanos	14	São Francisco do Sul	12
Dionísio Cerqueira	2	São João	2
Assessoria Extrajudicial	1.294	São Joaquim	3
Forquilha	3	São José	21
Assessoria FRJ	27	São Miguel do Oeste	1
Garopaba	1	São Domingos	1
Gaspar	3	Seara	2
Guaramirim	13	São Lourenço do Oeste	1
Ibirama	2	Sombrio	9
Içara	6	Taió	5
Imbituba	3	Tangará	4
Indaial	1	Trombudo Central	3
Itaiópolis	3	Tijucas	4
Itajai	29	Tubarão	18
Itapema	23	Turvo	2
Itapiranga	5	Urussanga	4
Itapoa	3	Videira	5
Ituporanga	7	Xanxere	4
Total			1.983

Fonte: Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça.

3.4.2.46. Participação dos servidores e Vice-Corregedora-Geral nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
10 a 14 de setembro	Maceió – Alagoas	39º Encontro dos Registradores de Imóveis do Brasil

3.4.2.47 - Inspeções correicionais presencias realizadas nas serventias extrajudiciais do estado:

COMARCA	MUNICÍPIO/ DISTRITO	SERVENTIA	PERÍODO
Brusque	Brusque	Registro de Imóveis	27 a 29/2/2012
Capital	Capital	Escrivania de Paz Distr. Canasvieiras	12 a 13/3/2012
Capital	Capital	Escrivania de Paz 2º Subdistrito Estreito	14 a 15/3/2012
Itaiópolis	Itaiópolis	Registro de Imóveis	19 a 20/3/2012
Itaiópolis	Itaiópolis	Registro Civil PNPJTD	21/3/2012
Itaiópolis	Itaiópolis	Tabelionato de Notas	22 a 23/3/2012
Xanxerê	Xanxerê	1º Tabelionato de Notas	26 a 27/3/2012
Xanxerê	Xanxerê	2º Tabelionato de Notas	28 a 29/3/2012
Ibirama	Ibirama	1º Tabelionato de Notas	09 a 10/4/2012
Ibirama	Ibirama	2º Tabelionato de Notas	11 a 12/4/2012
Rio do Sul	Ibirama	2º Tabelionato de Notas	11/4/2012
Joaçaba	Joaçaba	1º Registro de Imóveis	16 a 19/4/2012
Joaçaba	Joaçaba	2º Registro de Imóveis	18 a 19/4/2012
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Registro Civil PNPJTD	23 a 24/4/2012
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Tabelionato de Notas	24 a 26/4/2012
São João Batista	Nova Trento	Escrivania de Paz Distrito de Aguti	26/4/2012
Camboriú	Camboriú	Registro Civil PNPJTD	09 a 10/5/2012
Camboriú	Camboriú	Tabelionato de Notas	07 a 08/5/2012
Camboriú	Camboriú	Registro de Imóveis	10 a 11/5/2012
Concórdia	Irani	Escrivania de Paz Irani	14 a 15/5/2012
Concórdia	Concórdia	Tabelionato de Notas	16 a 17/5/2012
Criciúma	Criciúma	Registro Civil PNPJTD	21 a 22/5/2012
Criciúma	Criciúma	Registro de Imóveis	23 a 24/5/2012
Videira	Videira	Registro Civil PNPJTD	28 a 29/5/2012
Videira	Videira	Tabelionato de Notas	29 a 31/5/2012
Itapema	Itapema	Registro de Imóveis	04 a 06/6/2012
Itapiranga	Itapiranga	Tabelionato de Notas	12/6/2012
Itapiranga	Itapiranga	Registro de Imóveis	11 a 12/6/2012
Itapiranga	Itapiranga	Registro Civil PNPJTD	13 a 14/6/2012
Pomerode	Pomerode	Registro de Imóveis	18 a 19/6/2012

Pomerode	Pomerode	Registro Civil PNPJTD	20 a 21/6/2012
Pomerode	Pomerode	Tabelionato de Notas	20 a 21/6/2012
Barra Velha	Barra Velha	Registro de Imóveis	25 a 28/6/ 2012
Itapema	Itapema	Registro de Imóveis	02 a 06/7/2012
Legon Régis	Legon Régis	Tabelionato de Notas	02 a 03/7/2012
Legon Régis	Legon Régis	Registro de Imóveis	04 a 05/7/2012
Joinville	Joinville	2º Tabelionato de Notas e 3º OP	09 a 12/7/2012
Araranguá	Balneário Arroio do Silva	Escrivania de Paz Bal. Arroio do Silva	11 a 13/7/2012
Sombrio	Balneário Gaivotas	Escrivania de Paz Bal. Gaivotas	10 a 11/7/2012
Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira	Registro de Imóveis	23 a 24/7/2012
Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira	Tabelionato de Notas	25 a 26/7/2012
Tijucas	Tijucas	Registro Civil PNPJTD	27 a 28/7/2012
Araranguá	Araranguá	Registro Civil PNPJTD	30/7/2012
Tijucas	Canelinha	Escrivania de Paz Canelinha	30 a 31/7/2012
Ituporanga	Ituporanga	Tabelionato de Notas	30/7 a 01/8/2012
Ituporanga	Ituporanga	Registro de Imóveis	30/7 a 01/8/2012
Turvo	Ermo	Escrivania de Paz Ermo	31/7/2012
Meleiro	Morro Grande	Escrivania de Paz Morro Grande	01/8/2012
Meleiro	Meleiro	Registro Civil PNPJTD	01/8/2012
Meleiro	Meleiro	Tabelionato de Notas	01/8/2012
Ituporanga	Leoberto Leal	Escrivania de Paz Leoberto Leal	01 a 02/8/2012
Campos Novos	Campos Novos	2º Tabelionato de Notas	06 a 08/8/2012
Campos Novos	Campos Novos	Registro Civil PNPJTD	08 a 09/8/2012
São João Batista	Nova Trento	Escrivania de Paz Nova Trento	09/8/2012
Chapecó	Chapecó	1 Registro de Imóveis	20 a 22/8/2012
Quilombo	Quilombo	Registro Civil PNPJTD	23/8/2012
Quilombo	Quilombo	Registro de Imóveis	22 a 23/8/2012
Quilombo	Quilombo	Tabelionato de Notas	22 a 23/8/2012
Rio do Campo	Rio do Campo	Registro de Imóveis	27 a 29/8/2012
Rio do Campo	Rio do Campo	Registro Civil PNPJTD	27 a 29/8/2012
Rio do Campo	Rio do Campo	Tabelionato de Notas	29 a 30/8/2012
Itapema	Itapema	Registro de Imóveis	10 a 14/9/2012
Capital	Distrito Cachoeira do Bom Jesus	Escrivania de Paz Cachoeira do Bom Jesus	19 a 21/9/2012
São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	Registro Civil PNPJTD	01 a 02/10/2012
São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	Escrivania de Paz Ubatuba	03 a 04/10/2012
Jaraguá do Sul	Jaraguá do Sul	Tabelionato de Notas	08 a 11/10/2012
São João Batista	São João Batista	Tabelionato de Notas	15 a 16/10/2012
São João Batista	São João Batista	Registro de Imóveis	17 a 18/10/2012
Campo Erê	Campo Erê	Registro de Imóveis e Registro Civil PNPJTD	23 a 24/10/2012
Campo Erê	Campo Erê	Tabelionato de Notas	25/10/2012
São Joaquim	Bom Jardim da Serra	Escrivania de Paz	29 a 30/10/2012

		Bom Jardim da Serra	
São Joaquim	São Joaquim	Registro Civil PNPJTD	31/10 a 01/11/2012
Garuva	Garuva	Tabelionato de Notas	07 a 08/11/2012
Itajaí	Itajaí	Registro de Imóveis	12 a 14/11/2012
Santa Rosa do Sul	Santa Rosa do Sul	Registro de Imóveis	10 a 12/12/2012
Armazém	Armazém	Tabelionato de Notas	13 a 14/12/2012
Armazém	Armazém	Registro Civil PNPJTD	13 a 14/12/2012

3.4.2.48. Inspeções correicionais virtuais realizadas nas Serventias Extrajudiciais do Estado:

COMARCA	SERVENTIA	PERÍODO
Abelardo Luz	Registro de Imóveis	Junho
Anchieta	Registro de Imóveis	Junho
Concórdia	1º Registro de Imóveis	Junho
Concórdia	2º Registro de Imóveis e 2º Protesto de Títulos	Junho
Cunha Porã	Registro de Imóveis	Junho
Capital	3º Registro de Imóveis	Abril
Canoinhas	Registro de Imóveis	Junho
Capinzal	Registro de Imóveis	Junho
Catanduvas	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Ascurra	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Blumenau	2º Registro de Imóveis	Junho
Descanso	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Itá	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Maravilha	Registro de Imóveis	Junho
Modelo	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Mondaí	Registro de Imóveis	Julho
Pinhalzinho	Registro de Imóveis	Julho
Ponte Serrada	Registro de Imóveis	Julho
São Domingos	Registro de Imóveis	Julho
São José do Cedro	Registro de Imóveis	Julho
São Miguel do Oeste	Registro de Imóveis	Julho
Xanxerê	Registro de Imóveis	Julho
Xaxim	Registro de Imóveis	Julho
Itapoá	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Jaraquá do Sul	Registro de Imóveis	Julho
Braço do Norte	Registro de Imóveis	Julho
Forquilha	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Turvo	Registro de Imóveis	Julho
Papanduva	Registro de Imóveis	Julho
Lages	2º Registro de Imóveis	Julho
Lages	3º Registro de Imóveis	Julho
Fraiburgo	Registro de Imóveis	Julho
Tangará	Registro de Imóveis	Julho
Ibirama	Registro de Imóveis	Julho
Indaial	Registro de Imóveis	Julho

Timbó	1º Registro de Imóveis	Julho
Timbó	2º Registro de Imóveis	Julho
Trombudo Central	Registro de Imóveis	Julho
Abelardo Luz	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Anchieta	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Anita Garibaldi	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro
Balneário de Piçarras	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Biguaçu	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Canoinhas	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro
Capinzal	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro
Capital	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro
Concórdia	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro
Cunha Porã	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Dionísio Cerqueira	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Fraiburgo	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Ibirama	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Içara	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Imaruí	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Itajaí	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Itapiranga	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Joaçaba	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Lebon Régis	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Maravilha	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Mondaí	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Pomerode	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Ponte Serrada	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Presidente Getúlio	Registro Civil, PN, PJ eTD e Registro de Imóveis	Julho
Quilombo	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
São Bento do Sul	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
São Domingos	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
São José do Cedro	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
São Lourenço do Oeste	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Seara	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Tangará	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Timbó	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Trombudo Central	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Turvo	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Urubici	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Abelardo Luz	Escritania de Paz de Ipuacu	Outubro
Anita Garibaldi	Escritania de Paz de Abdon Batista	Agosto
Anita Garibaldi	Escritania de Paz de Celso Ramos	Agosto
Araquari	Escritania de Paz de Itapocu	Agosto
Araquari	Escritania de Paz de Balneário Barra do Sul	Agosto
Armazém	Escritania de Paz de Gravatal	Outubro
Caçador	Escritania de Paz de Calmon	Agosto
Caçador	Escritania de Paz de Macieira	Agosto
Caçador	Escritania de Paz de Rio das Antas	Agosto
Canoinhas	Escritania de Paz de Distr. Felipe Schmidt	Agosto
Canoinhas	Escritania de Paz de Major Vieira	Setembro
Canoinhas	Escritania de Paz de Três Barras	Setembro
Capinzal	Escritania de Paz de Ipira	Agosto
Capinzal	Escritania de Paz de Lacerdópolis	Agosto
Capinzal	Escritania de Paz de Ouro	Agosto
Capinzal	Escritania de Paz de Piratuba	Agosto
Chapecó	Escritania de Paz de Planalto Alegre	Agosto
Concórdia	Escritania de Paz de Alto Bela Vista	Setembro

Concórdia	Escrivania de Paz de Peritiba	Setembro
Concórdia	Escrivania de Paz de Pres. Castelo Branco	Setembro
Ibirama	Escrivania de Paz de Dalbérgia	Setembro
Itaiópolis	Escrivania de Paz de Iraputã	Setembro
Itapiranga	Escrivania de Paz de São João do Oeste	Setembro
Itapiranga	Escrivania de Paz de Tunápolis	Setembro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Chapadão do Lageado	Setembro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Imbuia	Setembro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Rio Bonito	Outubro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Petrolândia	Outubro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Vidal Ramos	Outubro
Joaçaba	Escrivania de Paz de Água Doce	Novembro
Joaçaba	Escrivania de Paz de Ibicaré	Novembro
Joaçaba	Escrivania de Paz de Nova Petrópolis	Novembro
Joaçaba	Escrivania de Paz de Luzerna	Novembro
Lages	Escrivania de Paz de Bocaína do Sul	Novembro
Lages	Escrivania de Paz de São José do Cerrito	Novembro
Maravilha	Escrivania de Paz de Flor do Sertão	Novembro
Maravilha	Escrivania de Paz de Iraceminha	Novembro
Maravilha	Escrivania de Paz de São Miguel da Boa Vista	Novembro
Modelo	Escrivania de Paz de Bom Jesus do Oeste	Novembro
Modelo	Escrivania de Paz de Serra Alta	Novembro
Modelo	Escrivania de Paz de Sul Brasil	Novembro
Mondaí	Escrivania de Paz de Ipirorã do Oeste	Novembro
Mondaí	Escrivania de Paz de Riqueza	Novembro
Navegantes	Escrivania de Paz de Luis Alves	Novembro
Otacílio Costa	Escrivania de Paz de Palmeira	Outubro
Palmitos	Escrivania de Paz de Caibi	Outubro
Papanduva	Escrivania de Paz de Monte Castelo	Outubro
Ponte Serrada	Escrivania de Paz de Passos Maia	Outubro
Ponte Serrada	Escrivania de Paz de Vargeão	Outubro
Presidente Getúlio	Escrivania de Paz de Dona Emma	Outubro
Presidente Getúlio	Escrivania de Paz de Mirador	Outubro
Presidente Getúlio	Escrivania de Paz de Vitor Meireles	Outubro
Presidente Getúlio	Escrivania de Paz de Witmarsum	Outubro
Quilombo	Escrivania de Paz de Irati	Outubro
Rio do Campo	Escrivania de Paz de Santa Terezinha	Outubro
Rio do Oeste	Escrivania de Paz de Laurentino	Outubro
Rio do Oeste	Escrivania de Paz de Rio do Oeste	Outubro
Rio do Sul	Escrivania de Paz de Agrônômica	Outubro
Rio do Sul	Escrivania de Paz de Aurora	Outubro
Rio do Sul	Escrivania de Paz de Lontras	Outubro
Rio do Sul	Escrivania de Paz de Presidente Nereu	Outubro
Santa Rosa do Sul	Escrivania de Paz de Passos de Torres	Outubro
Santa Rosa do Sul	Escrivania de Paz de Praia Grande	Outubro
São Domingos	Escrivania de Paz de Coronel Martins	Outubro
São Domingos	Escrivania de Paz de Galvão	Outubro
São Joaquim	Escrivania de Paz de Urupema	Outubro
São José do Cedro	Escrivania de Paz de Guarujá do Sul	Outubro
São José do Cedro	Escrivania de Paz de Princesa	Outubro
São Lourenço do Oeste	Escrivania de Paz de Jupiá	Novembro
São Lourenço do Oeste	Escrivania de Paz de Novo Horizonte	Novembro
São Miguel do Oeste	Escrivania de Paz de Bandeirante	Novembro
São Miguel do Oeste	Escrivania de Paz de Barra Bonita	Novembro
São Miguel do Oeste	Escrivania de Paz de Guaraciaba	Novembro

São Miguel do Oeste	Escrivania de Paz de Paraíso	Novembro
Seara	Escrivania de Paz de Arvoredo	Novembro
Seara	Escrivania de Paz de Xavantina	Novembro
Taió	Escrivania de Paz de Salete	Novembro
Tangará	Escrivania de Paz de Ibiam	Novembro
Tangará	Escrivania de Paz de Pinheiro Preto	Novembro
Timbó	Escrivania de Paz de Benedito Novo	Novembro
Timbó	Escrivania de Paz de Distrito de Cedro Alto	Novembro
Trombudo Central	Escrivania de Paz de Agrolândia	Novembro
Trombudo Central	Escrivania de Paz de Braço do Trombudo	Novembro
Trombudo Central	Escrivania de Paz de Pouso Redondo	Novembro
Urubici	Escrivania de Paz de Rio Rufino	Novembro
Videira	Escrivania de Paz de Salto Veloso	Novembro
Videira	Escrivania de Paz de Anta Gorda	Novembro
Videira	Escrivania de Paz de Rio das Pedras	Novembro
Xanxerê	Escrivania de Paz de Faxinal dos Guedes	Novembro
Xaxim	Escrivania de Paz de Entre Rios	Novembro
Xaxim	Escrivania de Paz de Lajeado Grande	Novembro
Xaxim	Escrivania de Paz de Marema	Outubro

3.4.2.49. Totalização de inspeções correicionais:

Atividade	Quantidade
Transmissões de acervo	02
Inspeções presenciais	77
Inspeções virtuais	168
TOTAL	247

O número corresponde a 42,29% (quarenta e dois vírgula vinte e nove por cento) das serventias extrajudiciais de Santa Catarina.

3.4.2.50 Atualização e regulamentação do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais) e Projetos do Núcleo:

Processo	Assunto	Situação	Norma-Orientação (Tipo e número)
CGJ-E 0101/2009	Solicita ressarcimento de registros – cadastro irregular.	Em elaboração	
CGJ-E 0260/2009	Cria a Comissão de Estudos para Implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Concluído	
CGJ 0445/2009	Penhora online – registro de imóveis. Processo que aguarda a implantação do Selo Digital para desenvolvimento de tecnologia apta a elaborar uma central de Registro Imobiliário que integre esta funcionalidade.	Em elaboração	
CGJ-E 0844/2009	Procuração. Revogação. Comunicação entre cartórios.	Em andamento	
CGJ-E 0860/2009	Lavratura de Escritura. Procuração Pública. Recusa de confirmação por parte de Tabelionato de outro Estado (RS).	Apenso ao CGJ-E 0844/2009	
CGJ-E 1482/2009	Código de Normas. Obrigatoriedade da Confirmação de instrumentos provenientes de outros Estados.	Apenso ao CGJ-E 0844/2009	

CGJ-E 0836/2010	Solicita criação de juizado de paz e cartório de registro civil no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, Município de Nova Veneza.	Em andamento	
CGJ-E 1055/2010	Provimento n. 13 da Corregedoria Nacional de Justiça. Emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos. Edição de provimento e ofício-circular. Alteração do art. 594 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.	Em andamento. Desarquivado em razão de pedido formulado pela Registradora Civil da comarca de Palhoça para revisão do Provimento n. 13/2011.	
CGJ-E 1113/2010	Solicita firmar termo de cooperação técnica entre TJ/RO e TJ/SC para disponibilizar sistema de gerenciamento de selo de fiscalização. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para posterior atendimento do pleito.	Concluído	
CGJ-E 1146/2010	Reajuste das ajudas de custo das serventias.	Em andamento	
CGJ-E 1162/2010	Requer suspensão provisória do Provimento n. 36/2009 e edição de provimento específico para implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Concluído	
CGJ-E 1197/2010	Solicita revogação dos arts. 7º e 8º do Provimento n. 19/2010, que estabelece teto remuneratório para interinos dos serviços notariais e de registro, baseado em suspensão liminar do STF.	Em andamento	
CGJ-E 1320/2010	Pedido de providências visando a recuperação de receitas dos escritórios de registro civil, títulos e documentos, e pessoas naturais e jurídicas.	Em andamento. Será distribuído ao Setor V.	
CGJ 0072/2011	Estudo acerca da criação de 4 (quatro) cargos de assessor correicional para atuação na esfera extrajudicial.	Concluído	LC 572/2012
CGJ-E 0157/2011	Estudo sobre a competência para instruir e homologar processos de prestação de constas de interventores.	Em andamento	
CGJ 0194/2011	Estudo para criar ou promover adequações normativas para conceder aos Juizes-Corregedores as mesmas competências, atribuições e prerrogativas dos juizes diretores do foro nas questões disciplinares que envolvam delegatários dos serviços extrajudiciais.	Em andamento: dia 8/8/2011 - envio ao Setor I com o Projeto de Lei.	
430252-2011.4	Solicitação de fechamento da Escrivania de Paz de Nova Cultura, comarca de Papanduva.	Concluído	
2011.900040-1	Pedido de providências acerca da circunscrição da Escrivania de Paz do Distrito de anta Gorda, comarca de Videira.	Em andamento	
Alias 000.001.2011	Revisão da Circular n. 1/2007 em função dos termos do Provimento n. 1/2010.	Em andamento	
0011465-26.2011.8.24.0600	Forma de realização do ato e da cobrança dos emolumentos quando necessário atualizar mais de um dado na matrícula do imóvel.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão CN)	
0011088-55.2011.8.24.0600	Sugestão de reformulação do artigo 645 do Código de Normas - Lei n. 6.015 não prevê autorização judicial para registro tardio de óbito.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão CN)	
0011841-12.2011.8.24.0600	0011841-12.2011.8.24.0600: Cobrança de Ato Retificatório.	Concluído	Circular n. 26, de 28 de novembro de 2012
Comunicação Interna n. 20, de 25-11-2011	Estudo sobre o art. 522-A do Código de Normas.	Concluído	
0010333-31.2011.8.24.0600	Estudo sobre parcelamento do solo urbano e rural.	Em andamento	
0010375-80.2011.8.24.0600	Estudo sobre aplicação do art. 237-A da Lei n. 6.015/1973.	Em andamento. Apenso ao processo n 0010899-43.2012 (revisão CN)	
0010639-97.2011.8.24.0600	Especificação parcial de unidades autônomas.	Em andamento	
0010869-42.2011.8.24.0600	Estudo sobre questões pontuais envolvendo os serviços notariais e registro.	Em andamento	
0011088-55.2011.8.24.0600	Estudo sobre o registro/averbação do pacto antenupcial dos alienantes antes do registro da compra e venda.	Em andamento	

0011600-38.2011.8.24.0600	Estudo para regulamentar a anotação de informações funcionais no cadastro das serventias extrajudiciais mantido pelo Selo de Fiscalização.	Em andamento	
0011639-35.2011.8.24.0600	Estudo sobre a extinção de serviço notarial e registral.	Em andamento	
0011998-82.2011.8.24.0600	Especificação parcial de unidades autônomas.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010639-97.2011.	
0012112-21.2011.8.24.0600	Estudo sobre a qualificação de títulos judiciais.	Concluído	Circular n. 1/2012
0010298-71.2011.8.24.0600	Estudo sobre a qualificação de títulos judiciais.	Em andamento	
0011228-89.2011.8.24.0600	Regulamentação dos pedidos de certidão via telefone, fac-símile ou correio eletrônico.	Concluído	
0011472-18.2011.8.24.0600	Estudo acerca da utilização de CNPJ para abertura de conta ou utilização de serviços bancários pelas serventias.	Em andamento. Desarquivado em razão de pedido formulado pela Associação dos Titulares de Cartórios.	
0010122-92.2011.8.24.0600	Implantação da Central de Protestos. Vinculado ao processo CGJ 0213/2009. Projeto que conta com diversos envolvidos, como Febraban, Instituto de Protesto, fato que acaba por procrastinar o feito.	Concluído	
0010071-81.2011.8.24.0600	Criação de um cadastro de óbitos com base em informações do Selo Digital. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para desenvolvimento de ferramentas auxiliares.	Concluído	
0010415-62.2011.8.24.0600	Dúvida a respeito de autenticação de documento impresso com assinatura digital e nota fiscal eletrônica. Processo que se destina a elaboração de ofício-circular aos tabeliães de notas para uniformização do procedimento.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010639-97.2011.	
0010686-71.2011.8.24.0600	Comunica Provimento n. 186/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Amazonas a respeito de procedimento para comunicação de indisponibilidade de bens – remessa de comunicação diretamente do juízo para serventias de registro imobiliário. Confecção de comunicado e estudo de providência semelhante em Santa Catarina. Aguardando entrada em operação do Sistema Hermes.	Concluído	
0011192-47.2011.8.24.0600	Criação de um cadastro de óbitos com base em informações do Selo Digital. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para desenvolvimento de ferramentas auxiliares.	Concluído	
0011473-03.2011.8.24.0600	Comunica adiamento da implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Concluído	
0011730-28.2011.8.24.0600	Estudo acerca do Livro de Protocolo de Escrituras, para futura edição de provimento com o objetivo de aclarar a redação.	Concluído	
0011569-18.2011.8.24.0600	Pedido de fornecimento de kit de informática para serventia deficitária.	Concluído	
0012220-50.2011.8.24.0600	Estudo sobre o Projeto de Lei n. 0326.9/2011-ALESC a respeito da criação de estrutura para idosos e deficientes em serventias extrajudiciais em Santa Catarina.	Concluído	
0012691-66.2011.8.24.0600	Cria Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais	Processo de acompanhamento	
0010089-05.2011.8.24.0600	Pedido de equipamentos de informática – Escritania de Paz do Município de Mirim Doce, comarca de Taió	Concluído	
0010089-05.2011.8.24.0600	Corregedoria Nacional de Justiça solicita informações sobre a existência de iniciativa de desenvolvimento de ferramenta destinada à comunicação em tempo real dos serviços de registro de imóveis com o Poder Judiciário para a efetivação de penhora "on line" de imóveis	Concluído	

0010627-83.2011.8.24.0600	2º RI da comarca de Criciúma informa a contratação de empresa fornecedora do sistema informatizado de automação a ser utilizado no mencionado serviço para a adoção do Selo Digital de Fiscalização (Alkasoft Informática)	Concluído	
0012160-77.2011.8.24.0600		Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0010788-59.2012.8.24.0600	Requer manifestação acerca da Necessidade de advogado em partilha extrajudicial.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0010774-75.2012.24.0600	Recomendação n. 3 da Corregedoria Nacional de Justiça – Certidão de débitos perante a Justiça do Trabalho	Concluído	Ofício-Circular n.º 101/2012
0010612-80.2012.8.24.0600	Esclarecimentos sobre as prestações de contas do interino e o recolhimento dos valores excedentes em favor do Poder Judiciário	Concluído	Circular n.º 18/2012
0010903-80.2012.8.24.0600	Ampliação do sistema de cadastro das serventias notariais e de registro	Módulo I Concluído	Circular n.º 20/2012
0013435-27.2012.8.24.0600	Prestação de contas interino. Despesas passíveis de lançamento	Concluído	
0011003.35.2012.8.24.0600	Criação de cargos de Analista Jurídico/Especialidade Extrajudicial.	Concluído	
0011004.20.2012.8.24.0600	Planejamento estratégico do núcleo IV para o quadriênio 2012-2015	Em andamento	
0011373-14.2012.8.24.0600	Regularização de parcelamento rural	Em andamento	
0011311-71.2012.8.24.0600	Uniformização do procedimentos das serventias de registro de imóveis	Em andamento	
0011491-87.2012.8.24.0600	Orientação às serventias de registro civil das pessoas naturais no que tange aos atos lavrados no Livro E	Em andamento	
0013252-56.2012.8.24.0600	Estudo sobre a (im)possibilidade de registro de título de aquisição de unidade autônoma ainda não construída, com a consequente abertura de matrícula	Em andamento	
0013589-45.2012.8.24.0600	Requisitos para registro de mandado de usucapião de imóvel rural	Em andamento	
0010733-11.2012.8.24.0600	Ofício-Circular n. 182/2011. Estudo complementar.	Em andamento	
0010824-04.2012.8.24.0600	Estudo acerca do art. 599, § 2º, do Código de Normas.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0010601-51.2012.8.24.0600	Estudo acerca do Provimento n. 16, de 17 de fevereiro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0011074-37.2012.8.24.0600	Estudo acerca do art. 213, II, da Lei n. 6.015/1973.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0013272-47.2012.8.24.0600	Juíza de Direito da comarca de Imaruí, na condição de Diretora do Foro, solicita orientação de como proceder em relação aos serviços notariais e de registro.	Em andamento	
0013547-93.2012.8.24.0600	Resolução Conjunta nº 3, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de 19 de abril de 2012, que dispõe sobre o assento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0013414-51.2012.8.24.0600	Problema no sistema informatizado do Tabelionato de Porto União	Em andamento	
0013381-61.2012.8.24.0600	Encaminha parecer em que propõe seja o art. 608 do CNGCJ seja interpretado conforme o art. 7º do Provimento 16/2012 do CNJ	Em andamento	
0013672-61.2012.8.24.0600	CNJ encaminha o Provimento n. 25, que trata do uso do Sistema Hermes - Malote Digital em âmbito nacional	Em andamento – publicado Provimento n. 17, de 30 de novembro de 2012, que altera CNGCJ para adequar-se ao Provimento n. 25 do	

		CNJ	
0013675-16.2012.8.24.0600	CNJ solicita sejam os registradores civis das pessoas naturais alertados para emitir as certidões com o correto preenchimento da matrícula padronizada fornecida pelo CNJ	Em andamento	
0012694-84.2012.8.24.0600	Criação de sistema automatizado para captura das informações de aquisição de imóvel rural por estrangeiro com base no Selo Digital	Em andamento	
0011010-27.2012.8.24.0600	CNJ comunica o lançamento do sistema SIRC – Registro Civil das Pessoas Naturais – Dataprev	Concluído	
0010111-29.2012.8.24.0600	2º Registro de Imóveis de Joinville comunica problema técnico com sistema utilizado na serventia	Concluído	
0010632-71.2012.8.24.0600	Aplicação do art. 928, V, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça – Revisão CN	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0010417-95.2012.8.24.0600	Estudo acerca dos artigos 595, § 2º, e 604 do CNGCJ.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0010293-15.2012.8.24.0600	Consulta referente ao ato de instituição ou a reserva de usufruto sobre parte ideal de um imóvel.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0010702-88.2012.8.24.0600	Estudo acerca do art. 928, V, do CNGCJ.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0011073-52.2012.8.24.0600	Estudo acerca do Provimento n. 16, de 17 de fevereiro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça.	Em andamento. Apenso ao processo n. 0010899-43.2012 (revisão do CN).	

3.4.2.51. No ano de 2012 foram editados pelo Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça: 03 (três) provimentos, 11 (onze) circulares e 250 (duzentos e cinquenta) ofícios circulares.

3.4.3. Comissão dos Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais

3.4.3.1. Projeto do Selo Digital de Fiscalização e Auditoria dos atos

O Selo Digital de Fiscalização é a evolução do atual selo auto-adesivo, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998 (alterada pelas Leis Complementares n. 279, de 27 de dezembro de 2004, n. 365, de 7 de dezembro de 2006, n. 408, de 7 de maio de 2008 e n. 429, de 23 de dezembro de 2008), composto por um conjunto de soluções tecnológicas elaborado com o objetivo principal de aprimorar a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina.

Desenvolvido pela própria equipe do Poder Judiciário de Santa Catarina, trata-se de ferramenta que faz uso

de um conjunto padronizado de interfaces de conexão que têm por objetivo a interoperabilidade dos sistemas informatizados usados no Tribunal de Justiça e no serviço notarial e de registro. A partir da aplicação do Selo Digital de Fiscalização aos atos notariais e registrais e da remessa obrigatória das informações dos atos pelas serventias que os praticaram para o Poder Judiciário catarinense, será possível que qualquer interessado que esteja na posse de um documento com Selo Digital proceda, em tempo real, à visualização das informações completas do ato lavrado diretamente no Portal de Consulta, disponível na internet no endereço selo.tjsc.jus.br, o que confere, assim, um alto nível de segurança e transparência aos atos.

Importante destacar que o Selo Digital de Fiscalização desenvolvido em Santa Catarina difere do utilizado em outros Estados em razão, primeiramente, da possibilidade de consulta pelos usuários do serviço notarial e de registro das informações dos atos e pela criação um grande banco de dados que será utilizado para o desenvolvimento de sistemas informatizados de auditoria, ao que se soma, ainda, a independência e liberdade que as serventias terão ao escolher o sistema com que desejem trabalhar, a agilidade e segurança no fornecimento de selos, dispensando-se o manuseio e a estocagem e eliminando-se a possibilidade de extravio, roubo ou inutilização dos mesmos.

Passado mais de um ano de utilização da ferramenta, tem-se por concluída a implantação do Selo Digital na totalidade dos serviços de notas e de registros do Estado de Santa Catarina.

A partir de 2013, com base nas informações recebidas pela Corregedoria-Geral da Justiça no bojo do projeto do Selo Digital, será possível a utilização de sistema de auditoria, que se encontra em fase de elaboração, destinado a apurar a qualidade das informações enviadas, assim também como a rotina de envio e a observância dos padrões técnicos e

normativos do projeto. O resultado, consubstanciado em relatório, será encaminhado para as serventias para a devida adequação.

No dia 30 de novembro de 2012, foi lançada a versão 2.0 do Selo Digital de Fiscalização, em evento organizado pela Associação de Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC), que se trata de versão que consolida os modelos dos atos de modo a adaptá-los às novas exigências normativas.

A nova versão aprimorou os modelos dos atos e o produziu o desenvolvimento de novos serviços informatizados, com vistas a implantação dos demais projetos de tecnologia da informação desenvolvidos pelo órgão de fiscalização estadual, como o sistema de ressarcimento eletrônico dos atos gratuitos, que permitirá às serventias extrajudiciais catarinenses solicitar, de forma rápida e automatizada, o ressarcimento dos atos a que a lei confere a gratuidade de emolumentos praticados em seus serviços, o supracitado sistema de auditoria e as centrais de informações.

3.4.3.1.1 Durante os anos de 2010, 2011 e 2012, o Projeto contou com as seguintes modificações/atividades:

- Mapeamento e desenvolvimento dos modelos de todos os atos dos Ofícios de Protesto, Tabelionatos de Notas, Ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e Títulos e Documentos e Ofícios do Registro de Imóveis;
- Lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais;
- Lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais por meio de acesso autenticado;
- Lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios de Protesto;

- Lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Tabelionatos de Notas;
- Lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro Civil;
- Lançamento da versão 0.9 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro de Imóveis;
- Lançamento da versão 0.9.1 do Websevice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação;
- Lançamento da versão 0.9.2 do Websevice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação e lançamento da primeira versão do Portal de Consulta Pública do Selo Digital;
- Lançamento da versão 0.9.3 do Websevice do Selo Digital: publicação da última versão dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação antes do Projeto Piloto;
- Lançamento da versão 0.9.4 do Webservice do Selo Digital: publicação da versão consolidada dos atos do Selo Digital para realização do Projeto Piloto;
- Lançamento da versão 1.0 do Webservice do Selo Digital: após a realização do Projeto Piloto, foi divulgada a versão em operação do Selo Digital de Fiscalização, para utilização de modo oficial no Estado;

- Lançamento da versão 2.0 do Webservice do Selo Digital: após a implantação definitiva da ferramenta em todo o Estado, com base na experiência adquirida passado mais de um ano de utilização, procedeu-se à atualização dos mecanismos e padrões de integração e troca de informações entre as serventias extrajudiciais e o Poder Judiciário, de modo a adaptá-los aos demais projetos de tecnologia da informação desenvolvidos pelo órgão.

3.4.3.1.2 Realização dos Projetos-Piloto do Selo Digital;

- Capital: 1º, 2º e 3º Ofícios do Registro de Imóveis, 2º Tabelionato de Notas e 1º de Protestos e Escritania de Paz de Santo Antônio de Lisboa;
- Araranguá: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
- Blumenau: 1º e 3º Tabelionatos de Notas e Protestos;
- Jaraguá do Sul: Escritania de Paz de Corupá;
- Gaspar: Registro Civil;
- Indaial: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
- Joaçaba: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
- Joinville: Registro Civil;
- Porto Belo: Registro de Imóveis e Civil;

3.4.3.1.3 Divulgação dos padrões da leitura biométrica nos Tabelionatos de Notas e do Selo Digital;

3.4.3.1.4 Realização do 2º Censo de Informatização do Extrajudicial;

3.4.3.1.5 Divulgação e atualização do FAQ do Selo Digital (Perguntas mais frequentes);

3.4.3.1.6 Lançamento do Portal do Selo Digital, com layout definido em parceria com a Diretoria de Tecnologia da

Informação, no qual estão inseridos o mecanismo de consulta dos atos do Selo Digital, as orientações, documentos oficiais, padrões técnicos e o FAQ – Perguntas Frenquente, em sua última versão;

3.4.3.1.7 Elaboração do manual do Selo Digital de Fiscalização, disponível no Portal do Selo Digital;

3.4.3.1.8 Confecção dos cartazes do Selo Digital com a efetiva remessa às comarcas e aos serviços notariais e de registro do Estado;

3.4.3.1.9 Participação no Encontro da Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina, realizado no dia 18 de junho em Balneário Camboriú, ocasião em que foi apresentado o modelo do Selo Digital de Fiscalização;

3.4.3.1.10 Participação no 2º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina, realizado no dia 5-11-2010, onde foi ministrada palestra sobre o andamento do Projeto do Selo Digital;

3.4.3.1.11 Participação no 3º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina, realizado nos dias 10-11-2011, onde foi ministrada palestra sobre a implantação do Projeto do Selo Digital;

3.4.3.1.12 Implantação do Selo Digital nas seguintes regiões:

- Grande Florianópolis: 29/06/2011;
- Planalto Norte: 20/07/2011;
- Litoral Norte: 09/08/2011;
- Vale do Itajaí: 20/09/2011;
- Foz do Rio Itajaí: 04/10/2011;
- Litoral Sul: 26/10/2011;
- Planalto Sul: 17/11/2011;
- Vale do Rio do Peixe: 08/12/2011;

- Extremo Oeste: 09/12/2011;

Data limite para utilização do Selo Digital - 25-01-2012;

3.4.3.1.13 Participação do 59º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais (Encoge), realizado entre 19 e 21 de abril de 2012, em Foz do Iguaçu, Paraná, ocasião em que foi demonstrado o projeto do Selo Digital e da Central de Protestos;

3.4.3.1.14 Foram realizadas 64 reuniões formais e trocados cerca de 5 mil e-mails pela Comissão de Implantação do Selo Digital e Comissão dos Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais;

3.4.3.1.15 Foram recepcionadas na sede da Corregedoria-Geral da Justiça as delegações dos Tribunais de Justiça da Bahia, do Acre e do Ceará, e realizadas videoconferências com os Tribunais de Justiça do Piauí, Ceará, Rondônia, Paraíba e Sergipe;

3.4.3.1.16 Entrega da primeira etapa do sistema de auditoria do Selo Digital em 28-11-2011;

3.4.3.1.17 Previsão de entrega da etapa final do sistema de auditoria do Selo Digital para o primeiro semestre de 2013;

3.4.3.1.18 Desde a implantação (29/06/2011), foram lavrados ao todo 30 milhões de atos notariais e de registro com o emprego do Selo Digital de Fiscalização.

3.4.3.1.19 Documentos publicados no Projeto do Selo Digital:

- Provimento n. 36/2009 - Informatização das serventias;
- Provimento n. 02/2010 – Dispõe sobre a informatização das serventias consideradas vagas após o encerramento do concurso do Edital n. 84/2007;

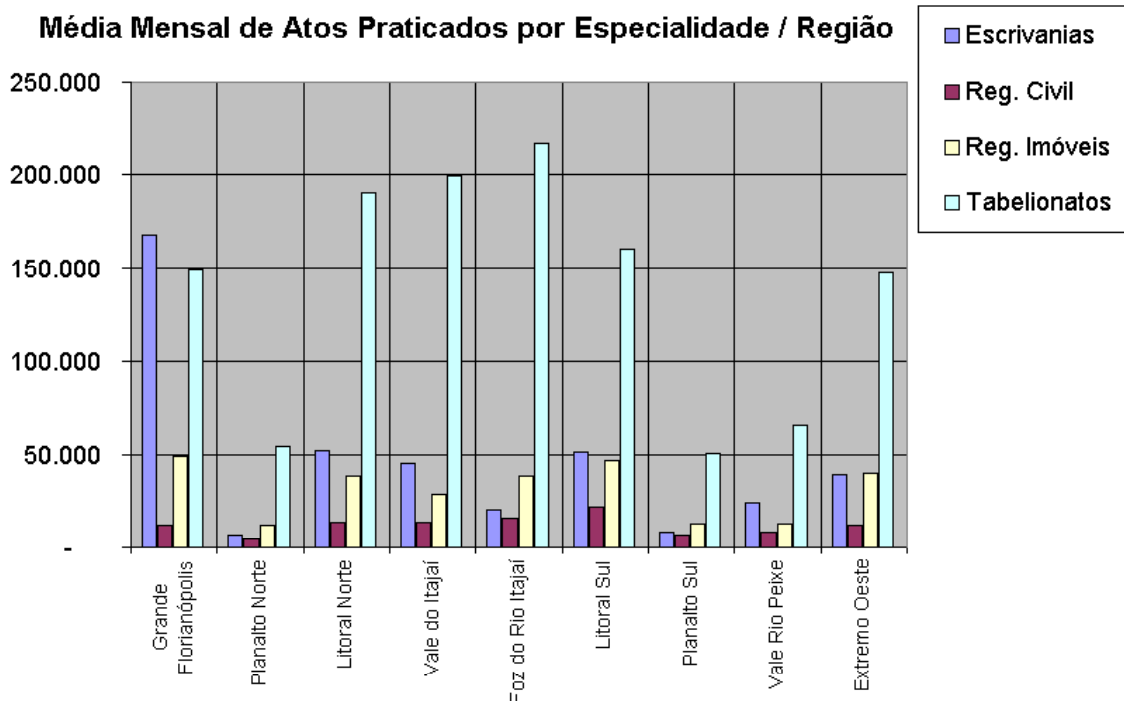
- Circular n. 23/2010 – Lança o Censo de Informatização, com prazo máximo de resposta em 10 dias a partir do dia 14/06/2010;
- Ofício Circular n. 1/2010 – lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 16/2010 – lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 24/2010 – lista das empresas cadastradas para testes com a versão 0.5;
- Ofício Circular n. 38/2010 – solicita que os Senhores Serventuários verifiquem se as empresas que desenvolvem os seus sistemas informatizados de automação já se encontram em fase de adaptação dos seus sistemas para operação com o Selo Digital;
- Ofício Circular n. 56/2010 – lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 57/2010 – dispõe sobre as características do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 69/2010 – solicita que os Senhores Serventuários verifiquem se as empresas que desenvolvem os seus sistemas informatizados de automação já adaptaram os seus sistemas para a versão 0.6 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 70/2010 – lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 81/2010 – orienta os senhores serventuários para realizarem a compra normal de selos até a entrada em vigor do selo digital;
- Ofício Circular n. 85/2010 – lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 103/2010 - fim do prazo do Censo de Informatização II;

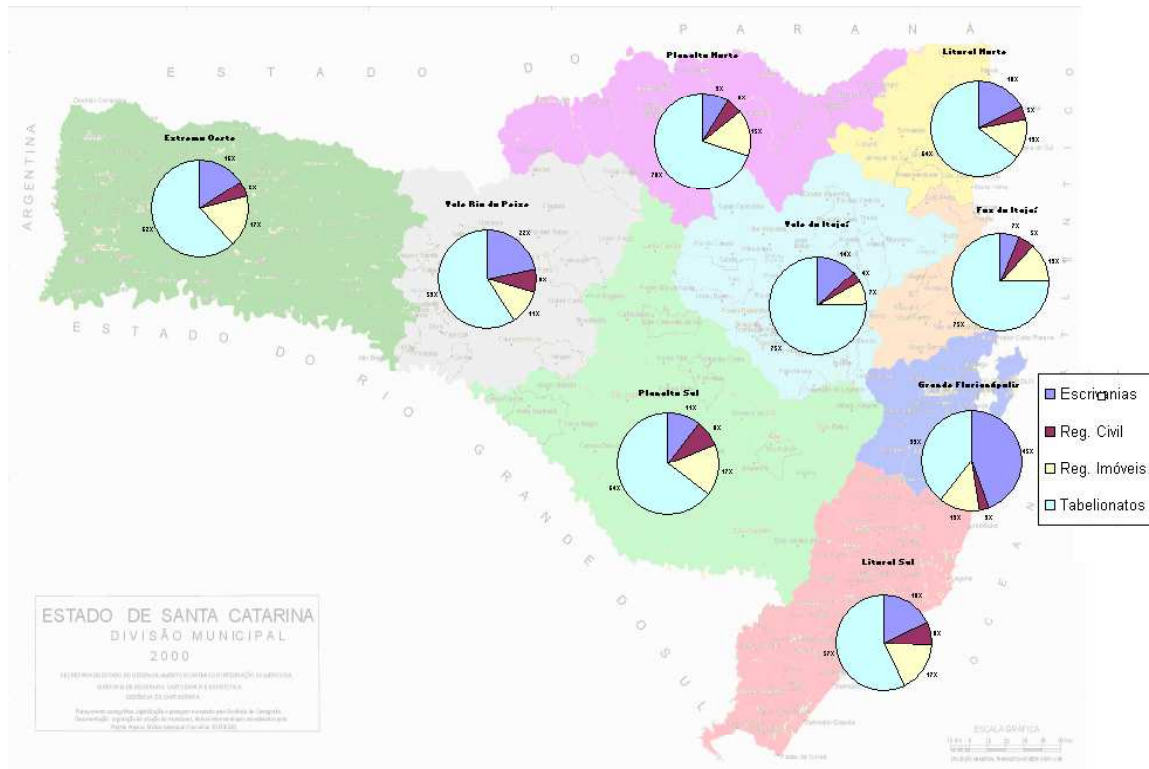
- Ofício Circular n. 104/2010 - lançamento da versão 0.9 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 132/2010 - lançamento da versão 0.9.1 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 145/2010 - lançamento da versão 0.9.2 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 160/2010 - lançamento da versão 0.9.3 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 214/2010 - lançamento da versão 0.9.4 do Selo Digital;
- Ofício Circular n. 17/2011 - Padrão mínimo para etiquetas;
- Ofício Circular n. 29/2011 - Novo Padrão do Selo Digital;
- Provimento n. 08/2011 – Regulamento do Selo Digital – Normas administrativas;
- Circular n. 09/2011 – Lançamento do Selo Digital de Fiscalização;
- Circular n. 11/2011 - torna facultivos os campos do solicitante e do tipo de documento nos atos de autenticação;
- Circular n. 24/2011 - Divulga as novas datas de implantação do Selo Digital nas regiões do Estado;
- Circular n. 26/2011 - Divulga as novas datas de implantação do Selo Digital nas regiões do Estado;
- Circular n. 31/2011 - Trata das datas para compra do selo físico e digital antes do período de recesso;
- Ofício Circular n. 119/2011 - Divulga novo endereço de consulta do Selo Digital (selo.tjsc.jus.br);
- Ofício Circular n. 115/2011 - data da compra de selos digitais na região da Grande Florianópolis;
- Ofício Circular n. 135/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região da Grande Florianópolis;
- Ofício Circular n. 140/2011 - data da compra de selos digitais na região do Planalto Norte;

- Ofício Circular n. 142/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Planalto Norte;
- Ofício Circular n. 150/2011 - data da compra de selos digitais na região do Litoral Norte;
- Ofício Circular n. 151/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Litoral Norte;
- Ofício Circular n. 169/2011 - data da compra de selos digitais na região do Vale do Itajaí;
- Ofício Circular n. 170/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Vale do Itajaí;
- Ofício Circular n. 201/2011 - data da compra de selos digitais na região da Foz do Rio Itajaí;
- Ofício Circular n. 202/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região da Foz do Rio Itajaí;
- Ofício Circular n. 234/2011 - data da compra de selos digitais na região do Litoral Sul;
- Ofício Circular n. 235/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Litoral Sul;
- Ofício Circular n. 254/2011 - data da compra de selos digitais nas regiões do Planalto Sul e Vale do Rio do Peixe;
- Ofício Circular n. 255/2011 - regras para entrega dos selos físicos nas regiões do Planalto Sul e Vale do Rio do Peixe;
- Ofício Circular n. 277/2011 - data da compra de selos digitais na região do Extremo Oeste;
- Ofício Circular n. 278/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Extremo Oeste;
- Circular n. 04/2012 - Lançamento da Central de Protestos;
- Circular n. 10/2012 - Início da auditoria do Selo Digital (Inspeções Virtuais);
- Circular n. 14/2012 - aplicação de selo no ato de habilitação para o casamento;
- Circular n. 23/2012 - formação de estoque de selos em razão do recesso;

- Provimento n. 6, de 17 de março de 2012 - lançamento da Central de Protestos;
- Provimento n. 9 de 4 de junho de 2012 - Altera arts. 6º e 8º do Provimento n. 8, de 12 de maio de 2011;
- Provimento n. 17 de 30 de novembro de 2012 – modifica o Provimento n. 8, de 12 de maio de 2011 – lançamento da versão 2.0 do Selo Digital de Fiscalização;
- Circular n. 25/2012 - Lançamento da versão 2.0 do Selo Digital;
- Manual explicativo dos campos dos atos - versão 2.0;
- Padrão de Integração para a transmissão de dados dos atos e fornecimento de selos atualizado;
- Instruções Específicas e Recomendações da versão 2.0.

3.4.3.1.20 Gráficos relativos a utilização do selo digital de fiscalização:





(Fonte: Comissão de Implantação do Selo Digital)

3.4.3.2. Central de Protestos

Foi lançada no dia 17 de março de 2012, em evento promovido pela Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC), a Central de Protestos (Central de Remessa de Arquivos e Central de Distribuição de Títulos). O projeto foi desenvolvido em parceria com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, seção Santa Catarina (IEPTB-SC), que tem por escopo a distribuição centralizada dos títulos e outros documentos de dívida encaminhados eletronicamente pelas instituições financeiras que aderirem à Central de Remessa de Arquivos – CRA.

Com base em cronograma divulgado costumeiramente pela Central de Remessa de Arquivos – CRA, sistema desenvolvido e mantido pelo IEPTB-SC, os serviços de protesto do Estado devem acessar o portal de internet por ela mantido e, mediante *login* e senha, efetuam o *download* dos

títulos remetidos eletronicamente pelas instituições financeiras que aderirem à CRA.

Após o regular processamento dos títulos pelo sistema informatizado de automação utilizado na serventia, os serviços de protesto transportam as ocorrências do dia novamente para o portal de internet mantido pela CRA, com as informações dos protestos e pagamentos realizados, as quais são remetidas pela CRA às instituições financeiras.

Os serviços de distribuição das comarcas da Capital, Joinville e Caçador, que são mantidas exclusivamente pela iniciativa privada, por meio de delegação, receberam da CRA *login* e senha, bem como as respectivas instruções, para acesso à interface que contém o mecanismo de recepção dos títulos e remessa da distribuição para a CRA.

Pelo sistema da Central de Distribuição de Títulos mantida pelo Poder Judiciário, que entrou em operação em 20 de agosto de 2012, já foram distribuídos 16.494 títulos encaminhados pelos bancos e instituições financeiras e 124 títulos encaminhados pela Procuradoria-Geral Federal, que totalizaram R\$ 114.798,24 relativos aos emolumentos devidos pela distribuição, recolhidos junto a subconta do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário.

No âmbito da implantação do projeto, foram elaborados o Provimento n. 6, de 17 de março de 2012, que inclui o art. 978-A e altera o art. 980 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e a Circular n. 4/2012, que divulga os pormenores do procedimento.

3.4.3.3. Central Digital de Informações Extrajudiciais

3.4.3.3.1 Definições do Projeto

Com o advento do Selo Digital de Fiscalização, projeto de elevada envergadura levado a cabo pela Corregedoria-Geral da Justiça em parceria com a Diretoria de Tecnologia da

Informação, observou-se uma série de avanços tecnológicos e de uso da tecnologia da informação pelos serviços notariais e de registro catarinenses, notadamente pelo uso compulsório de sistema informatizado de automação com padrões de qualidade minimamente estabelecidos, o que permitiu, por meio de uma interface padronizada de comunicação, o envio, pelos mencionados serviços, do conteúdo completo dos atos lavrados para o servidor informatizado do Poder Judiciário, disponibilizado para consulta pública de autenticidade para a população.

O *know-how* adquirido com a implantação do mencionado projeto ao longo de dois anos e a crescente maturidade dos sistemas informatizados de automação utilizados nas serventias extrajudiciais catarinenses, passado mais de um ano da implantação definitiva do Selo Digital, deram ensejo à criação da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, equipe multidisciplinar composta por membros da Corregedoria-Geral da Justiça e da Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça, que tem como principais atribuições o estudo, o planejamento, o desenvolvimento, a implantação e o acompanhamento de iniciativas e projetos vinculados à tecnologia da informação voltados à automação dos serviços notariais e de registro.

Sob a responsabilidade de mencionada comissão encontram-se todas as iniciativas de tecnologia da informação vinculadas aos serviços notariais e de registro catarinenses, nelas incluídas o acompanhamento e a atualização dos mecanismos do Selo Digital de Fiscalização, os sistemas de auditoria e inspeção virtual destinados a acompanhar o regular funcionamento do Selo Digital e da qualidade dos atos oriundos dos serviços extrajudiciais, além do desenvolvimento, normatização e acompanhamento das iniciativas nacionais, desenvolvidas em âmbito local, das centrais de informação e acessibilidade de atos, divididas em plataformas específicas para cada especialidade de serviço extrajudicial.

As iniciativas de centralização de informações extrajudiciais decorrem do interesse público consubstanciado na relevância jurídica e social da disponibilização, para os interessados, neles incluídos órgãos públicos, autoridades e usuários dos serviços, de meios para a fácil localização de atos notariais e de registro, dentre os quais escrituras públicas, procurações, testamentos, matrículas e registros de imóveis, assentos de nascimento, casamento e óbitos, que objetivam a oportuna obtenção de certidões e de outras informações por meio da internet, remotamente.

A adoção de sistemas de centralização, que possibilitam a consulta da existência de atos e o pedido remoto de certidões/informações, viabilizado pela interligação entre os serviços de notas e de registros, o Poder Judiciário, órgãos da administração pública e entidades representantes da classe de notários e registradores, vem ao encontro do interesse público e representa importante passo no sentido de proporcionar a devida racionalização do sistema extrajudicial e, como consequência, a economia, a eficiência e a segurança advindas da desburocratização dos serviços.

Nesse prisma, observa-se que se encontra em estudo e desenvolvimento, em âmbito nacional, das seguintes iniciativas centralizadoras: a) Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades; b) Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec); c) Central Nacional de Protesto (CNP); e d) Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC).

A adoção da centralização de informações confere pleno cumprimento ao disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação), e também aplicabilidade ao que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, e 216, § 2º. Além disso, o próprio Conselho Nacional de Justiça, como órgão de fiscalização e regulamentação dos serviços auxiliares,

serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, recentemente editou o Provimento n. 18, de 28 de agosto de 2012, por meio do qual criou, em parceria com o Colégio Notarial do Brasil (CNB-CF), a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec), o que revela o nítido interesse do órgão em incentivar iniciativas centralizadoras nos moldes expostos.

Por fim, importante salientar que, com a adoção das mencionadas centrais de informação, será possível aos interessados a consulta às bases interligadas de dados dos Estados participantes, o que revela a grande repercussão e o notável alcance dos sistemas que serão adotados nacionalmente.

Competirá à Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, atuar como órgão de regulamentação, em âmbito local, das iniciativas gestadas em caráter nacional, de forma a normatizar e definir uma agenda conjunta de implantação de cada uma das mencionadas ferramentas, de acordo com o planejamento do órgão e em atenção às peculiaridades locais, para o qual fará uso do ambiente favorável de parceria classe-órgão de fiscalização existente no Estado para a viabilização de iniciativas dessa natureza.

Conforme mencionado acima, o Projeto da Central Digital de Informações Extrajudiciais (CDIE) também prevê a implantação, em Santa Catarina, das seguintes iniciativas:

- Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec);
- Central Nacional de Protesto (CNP); e
- Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC).
- Sistema Integrado do Registro Civil (SIRC);

3.4.3.3.2 Central de Registro de Imóveis

No dia 30 de novembro de 2012, foi assinado termo de cooperação técnica entre a corregedoria e a Associação de Titulares de Cartórios de Santa Catarina (ATC-SC), para a implantação da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades. O termo prevê a disponibilização das informações dos registros de imóveis para consulta, via internet, por qualquer interessado. Iniciativa desenvolvida pela Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo (Arisp), confere maior transparência ao sistema registral estadual e é considerada modelo pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line será baseada nas seguintes premissas:

- Serviços de registro de imóveis deverão cadastrar os seus indicadores pessoais e reais e exportá-los diariamente para o sistema mantido pela Associação de Titulares de Cartório (ATC/SC) e Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP); a exportação se dará por meio de arquivos padronizados, por meio de webservice.
- As informações dos indicadores pessoais e reais que não estiverem disponíveis em meio eletrônico, deverão ser cadastradas manualmente pelos serviços de registro de imóveis e exportadas para a Central de Registro de Imóveis consoante prazo e padrões que serão definidos;
- As informações exportadas poderão ser consultadas, mediante acesso autenticado (por meio da certificação digital do interessado), que poderá visualizar a existência de imóveis com base nos parâmetros de pesquisa informados. Poderá, ainda, solicitar a emissão da respectiva certidão da matrícula encontrada, que será fornecida em meio eletrônico com o emprego de certificação digital ou em meio físico, via correio, mediante o pagamento dos emolumentos devidos e do porte de remessa respectivo;

- Os padrões técnicos para a remessa dos arquivos e cadastramento manual dos indicadores será publicado pelas entidades mantenedoras da Central no seu website próprio;
- Será definido, em contato com as empresas fornecedoras dos sistemas informatizados de automação e com os representantes da classe de notários e registradores, uma data limite para a exportação dos dados do acervo não informatizado das serventias;
- Os juízes, membros do Poder Judiciário de Santa Catarina, assim como os chefes de cartório/unidades jurisdicionais, serão cadastrados no sistema e por meio do emprego de certificação digital padrão A3 ou superior deverão cadastrar as determinações de constrição de bens imóveis de qualquer natureza, incluídas aí as penhoras, arrestos, sequestros e indisponibilidade de bens. As partes deverão ser alertadas pela unidade jurisdicional que o envio automático das determinações de constrição de bens não exclui a necessidade de qualificação do título judicial, com o recolhimento dos emolumentos devidos e apresentação de documentos auxiliares, quando for o caso;
- As associações mantenedoras da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades deverão confeccionar manual detalhado de uso do sistema, com um passo a passo, destinado aos registradores de imóveis, aliado a um manual técnico, destinado às empresas fornecedoras de sistemas para as serventias, com a disponibilização de uma área de “perguntas frequentes”, em ambiente web;
- As bases de dados de Santa Catarina encontrar-se-ão integradas às bases congêneres mantidas pelas respectivas associações nos demais Estados da federação, para as quais também será possível o envio de determinações judiciais de constrição de bens e indisponibilidades;

No âmbito do projeto, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Associação de Titulares de Cartório de Santa Catarina (ATC-SC) e a Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, no 30 de novembro de 2012, que trata das normas administrativas para operacionalização da central de registro de imóveis e de penhora on-line. Para a operacionalização do procedimento, deve-se elaborar provimento e circular com as regras específicas e os prazos para adesão das serventias e unidades jurisdicionais.

3.4.4. Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo

3.4.4.1 Reajuste dos valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/08), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E n. 1446/2009, e pagamento realizado com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2012, com a receita obtida por meio da venda dos Selos de Fiscalização (Tabela 1, abaixo);

TABELA 1 – AJUDA DE CUSTO

MÊS	VALOR R\$
Janeiro	R\$ 340.461,50
Fevereiro	R\$ 340.461,50
Março	R\$ 340.461,50
Abril	R\$ 340.461,50
Mai	R\$ 341.738,40
Junho	R\$ 341.738,40
Julho	R\$ 341.738,40
Agosto	R\$ 341.738,40
Setembro	R\$ 341.738,40
Outubro	R\$ 340.461,50
Novembro	R\$ 340.461,50
Dezembro	R\$ 340.461,50
TOTAL	R\$ 4.091.922,50

Fonte: Setor de Selos do Núcleo IV.

3.4.4.2. Pagamento a título de Ajuda de Custo no exercício de 2012 correspondente a: R\$ 1.276,90 (um mil, duzentos e setenta

e seis reais e noventa centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; no valor de R\$ 1.044,65 (um mil, quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de R\$ 812,55 (oitocentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede;

3.4.4.3 Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício da ajuda de custo previsto no inciso III do art. 14 da Lei n. 175/1998;

3.4.4.4 Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2012 (Tabela 2);

TABELA 2 – RESSARCIMENTO DOS ATOS GRATUITOS

MÊS	VALOR
Janeiro ⁽¹⁾	R\$ 614.982,45
Fevereiro ⁽²⁾	R\$ 638.285,92
Março ⁽³⁾	R\$ 603.047,24
Abril ⁽⁴⁾	R\$ 748.018,80
Maior ⁽⁵⁾	R\$ 712.129,04
Junho ⁽⁶⁾	R\$ 932.020,63
Julho ⁽⁷⁾	R\$ 801.656,57
Agosto ⁽⁸⁾	R\$ 816.857,66
Setembro ⁽⁹⁾	R\$ 808.680,07
Outubro ⁽¹⁰⁾	R\$ 681.757,10
Novembro ⁽¹¹⁾	R\$ 772.460,76
Dezembro	R\$ 662.282,93
TOTAL	R\$ 8.792.179,17

Fonte: Setor de Selos do Núcleo IV

- (1) Referente a 34.243 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/12/2011 e 10/1/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 8.034,33, correspondente a 786 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- (2) Referente a 32.394 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/1/2012 e 10/2/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 7.066,99, correspondente a 403 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- (3) Referente a 30.833 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/2/2012 e 10/3/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 11.014,92, correspondente a 617 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- (4) Referente a 43.610 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/3/2012 e 10/4/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 11.435,24, correspondente a 1.096 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- (5) Referente a 40.954 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/4/2012 e 10/5/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 10.652,38, correspondente a 1.158 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Nesse mês foi efetuado também o pagamento do valor de R\$ 5,35, que corresponde à verba de ressarcimento, cujo pagamento se deferiu no processo n. 0010840-89.2011.8.24.0600.
- (6) Referente a 41.529 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/5/2012 e 10/6/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 8.681,16, correspondente a 725 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- (7) Referente a 36.694 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/6/2012 e 10/7/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 16.445,75, correspondente a 727 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- (8) Referente a 36.333 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/7/2012 e 10/8/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 11.299,38, correspondente a 540 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- (9) Referente a 39.162 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/8/2012 e 10/9/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 7.577,88, correspondente a 854 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- (10) Referente a 34.219 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/9/2012 e 10/10/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 5.208,64, correspondente a 385 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.
- (11) Referente a 40.078 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/10/2012 e 10/11/2012. Foi bloqueada a quantia de R\$ 16.585,30, correspondente a 358 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, bem como em razão do alto número de atos cadastrados da mesma espécie pelo 2º Registro de Imóveis do Município e Comarca de Tubarão, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

3.4.4.5. Atualização do sistema eletrônico de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias;

3.4.4.6. Estudo e implementação do pagamento dos demais atos praticados de forma gratuita pelas serventias, previstos em lei e não ressarcidos até a presente data. Ressalta-se que a partir de 11 de junho de 2012 foram implementados 4 novos atos no sistema eletrônico de ressarcimento, quais sejam: Certidões verbo *ad verbum*, Registro de casamento lavrado à vista de certidão de

habilitação expedida por outro cartório, Ata notarial e cópia xerográfica ou de microfilme;

3.4.4.7. O contrato entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a empresa VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. para a fabricação e fornecimento de selos de fiscalização teve vigência até 31 de dezembro de 2011, tendo essa entregue nesta Corregedoria, em janeiro de 2012, a quantia de 2.837.040 (dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil e quarenta) selos de fiscalização que ainda continha em estoque;

3.4.4.8. Fornecimento de 192 (cento e noventa e dois) selos de fiscalização físicos para a Escrivania de Paz do distrito de Claraíba no mês de janeiro de 2012, sendo 144 unidades do tipo normal e as outras 48 do tipo DUT, o que correspondeu ao valor de R\$ 155,52 relativos aos selos do tipo normal e R\$ 109,44, concernentes à unidades do tipo DUT, totalizando R\$ 264,96 (duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos);

3.4.4.9. Disponibilização de 20.797.456 selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 01/01/2012 e 17/11/2012 (Tabela 3);

TABELA 3 – SELOS DIGITAIS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS ENTRE 01-01-2012 E 17-11-2012

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Normal	19.417.896
D.U.T.	980.146
Escritura com Valor	113.460
Isento	285.954
TOTAL	20.797.456

Fonte: Sistema do Selo Digital de Fiscalização

3.4.4.10. Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais relativas a endereço, e-mail, telefone, conta

bancária, dados pessoais do titular, do substituto e dos funcionários, bem como atualização dos sinais públicos das serventias até 7 de março de 2012, conforme Ordem de Serviço n. 1/2012;

3.4.4.11. Controle de vacância das serventias e elaboração de relatórios das serventias vagas e providas para eventuais informações ao Conselho Nacional de Justiça e à Comissão de Concurso de ingresso e remoção na atividade notarial e registral até 7 de março de 2012, conforme Ordem de Serviço n. 1/2012;

3.4.4.12. Controle das transmissões do acervo em razão de vacância, de intervenção e de novas designações nas serventias até 7 de março de 2012, conforme Ordem de Serviço n. 1/2012;

3.4.4.13. Fornecimento de certidão de serventias existentes no Estado;

3.4.4.14. Fornecimento de informações aos demais setores do Núcleo IV – Extrajudicial – da Corregedoria, referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo efetivados às serventias, bem como no que toca ao selo digital de fiscalização;

3.4.4.15. Fornecimento de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral;

3.4.4.16. Participação da Comissão de Implantação do Selo Digital;

3.4.4.17. Recebimento, conferência, cadastro, estoque e destruição por este setor de 2.766.858 selos físicos recolhidos das serventias pelas secretarias do Foro, em razão da implantação do Selo Digital, conforme processo virtual n. 0011338-54.2012.8.24.0600;

3.4.4.18. Conversão, para modalidade digital, de 355.420 selos de fiscalização físicos, no período compreendido entre 1 de janeiro e 19 de novembro de 2012;

3.4.4.19. Cancelamento de 4.442 selos digitais e devolução do mesmo montante às serventias solicitantes, entre 1º de janeiro e 19 de novembro de 2012;

3.4.4.20. Redisponibilização, em 252 oportunidades, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório, entre 1 de janeiro e 19 de novembro de 2012;

3.4.4.21. Conferência da nota-fiscal fatura – processo n. 0011428-65.2012.8.24.0600, referente ao estoque remanescente proveniente do término do contrato n. 189/2012, celebrado entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a empresa VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A;

3.4.4.22. Confecção e distribuição de cartazes dispendo sobre as características de segurança do selo de fiscalização digital;

3.4.4.23. Confecção do Manual eletrônico do Selo de Fiscalização Digital dispendo sobre as características dos selos digitais;

3.4.4.24. Destruição de selos físicos apreendidos pela Corregedoria em correições realizadas, bem como de selos defeituosos remetidos pelas serventias;

3.4.4.25. Elaboração de minutas de provimentos, circulares, ofícios-circulares e ofícios referentes às atribuições deste setor;

3.4.4.26. Elaboração de orientação sobre os atos gratuitos passíveis de ressarcimento;

3.4.4.27. Estudo para implantação de novo sistema de ressarcimento dos atos gratuitos, vinculado ao sistema do selo digital;

3.4.4.28. Estudo de Revisão do atual Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, especificamente do disposto no Capítulo I, Seção V (Selo de Fiscalização), VI (Gratuidade) e VII (Ressarcimento) - arts. 565 a 588;

3.4.4.29. Exclusão, a partir do dia 11 de junho de 2012, dos campos virtuais do sistema eletrônico destinados à solicitação de ressarcimento de ato gratuito relacionada às entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública estadual, em razão da ação direta de inconstitucionalidade n. 2010.080279-7, ajuizada pelo Coordenador-Geral do Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON) do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a qual foi julgada parcialmente procedente, tendo-se declarado a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei n. 10.977, de 7 de dezembro de 1998. No intuito de suprir referida inconstitucionalidade, foi realizada por este setor minuta de projeto de lei, a qual restou encaminhada à Presidência deste Tribunal para as devidas providências;

3.4.4.30. Elaboração de Aviso dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados de todos os Estados da Federação, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico;

3.4.4.31. Atualização do banco de dados dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados no Estado de Santa Catarina, disponível para consulta na página do Extrajudicial;

3.4.4.32. Elaboração de 10 comunicações internas envolvendo assuntos diversos do setor;

3.4.4.33. Foram produzidos no setor, entre 1º de janeiro e 19 de novembro de 2012, 241 documentos físicos, assim distribuídos:

Ato	Quantidade
Projeto de Despacho	85
Projeto de parecer	31
Projeto de decisão	25
Informação	39
Circular	5
Provimento	3
Termo de destruição	2
Ofício-circular	3
Resolução	2
Ofícios	46

Fonte: Sistema Caché

3.4.4.34 Da mesma forma, foram distribuídos para o setor no decorrer do ano 757 processos virtuais (SAJ), já tendo sido analisados 733 processos entre 1º de janeiro e 19 de novembro de 2012, que resultaram em 961 atos, assim distribuídos:

Ato	Quantidade
Projeto de Despacho	134
Projeto de parecer	154
Projeto de decisão	445
Informação	168
Circular	1
Aviso	47
Termo de destruição	11
Projeto de Lei	01

Fonte: Sistema SAJ/CGJ

3.4.4.35. Participação da Comissão de Implantação dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz, nos termos da Lei Complementar Estadual n. 532, de 17 de janeiro de 2011;

3.4.4.36. Levantamento dos dados cadastrais de todos os Juízes de Paz do Estado (titulares, suplentes e *ad hoc*) até 7 de março de 2012, conforme Ordem de Serviço n. 1/2012;

3.4.4.37. Controle dos casamentos coletivos - aproximadamente de 1.387 - ocorridos em todo o Estado;

3.4.4.38. Atendimento e orientação dos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Setor IV, tendo-se obtido junto ao setor de telefonia deste Tribunal a quantidade de ligações entre janeiro e outubro de 2012, conforme abaixo relacionada:

Mês / Ramal	2716 originada	2716 recebida	2717 originada	2717 recebida	2719 originada	2719 recebida	2720 originada	2720 recebida	8309 originada	8309 recebida
Janeiro / Março	216	529	72	217	321	396	282	394	0	0
Abril / Junho	148	222	67	75	47	111	146	185	52	8
Julho / Outubro	295	585	149	230	220	262	271	312	469	98
Novembro / Dezembro	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente
Total originadas	2755									
Total recebidas	3624									

3.4.4.39. Consultas e requerimentos recebidos e enviados pelo Setor IV para as devidas providências, por meio do endereço eletrônico selo@tjsc.jus.br, até 19/11/2012:

Assunto	Quantidade
Recebidos	3.473
Enviados	1.481

3.5. Núcleo V: Execução Penal, Infância e Juventude e Violência Doméstica

3.5.1. Funções e atividades desenvolvidas pelo do Núcleo V – Direitos Humanos

O Núcleo V teve suas atividades iniciadas em maio de 2012.

3.5.1.1. Fiscalizar e inspecionar as unidades judiciais de sua competência

Ação realizada em conjunto com o Núcleo III a partir de junho, totalizando a participação em 47 unidades judiciais inspecionadas.

3.5.1.2. Orientar, controlar e disciplinar as unidades judiciais, magistrados e servidores em matéria de sua competência.

Despachos : 146

Pareceres : 422

3.5.1.3. Inspecionar os estabelecimentos, penitenciários, prisionais, de acolhimento, socioeducativos, instituições de longa permanência e ambientes de confinamento, com o intuito de conhecer suas condições de funcionamento, instruir processos em tramitação e averiguar denúncias recebidas.

1. Instituições de Acolhimento, ação conjunta com a CEJA:
54 Instituições de acolhimento visitadas

2. Unidades Prisionais:

Unidade Prisional	Número de Visitas
Blumenau	3
UPA Imbituba	1
Lages	3
UPA São Joaquim	1
Cadeia Pública de Anita Garibaldi	1
Presídio Masculino da Capital	2
Presídio Feminino da Capital	1
Penitenciária de Florianópolis	3
Hospital de Custódia	2
UPA Biguaçu	1
Unidade Prisional de Ituporanga	1
Presídio Regional de Joaçaba	2
Penitenciária de São Pedro de Alcântara	5

3. Sócioeducativo

Socioeducativo	Número de Visitas
Plantão de Atendimento Inicial – Florianópolis	3
Centro de Atendimento Socioeducativo de Lages	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de São José do Cedro	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de Rio do Sul	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de Joaçaba	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de Joinville	1
6ª Delegacia de Polícia da Capital	1

3.5.1.4. Identificar, promover e divulgar as redes de atendimento assim como informar sobre direitos referentes as matérias de competência

Palestras proferidas:

- Fórum Estadual da Infância e Juventude - Florianópolis,
- Saúde Mental e Sistema Prisional – Lages ,
- Encontro Estadual dos Conselhos Tutelares,
- Encontro Estadual da Pastoral Carcerária,
- Idoso – Legislação e direitos,
- Seminário de Direitos Humanos – Planalto Serrano,
- Educação e Sistema Prisional,
- 9 ° Encontro Estadual dos Grupos de Apoio de Adoção,
- Combate à Violência e Exploração Sexual Infantil,
- Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade,
- 8 Eventos regionais para conselheiros tutelares referente - Lei do SINASE,
- Mediação Familiar,
- Encontro de Saúde Mental, Drogas e Álcool – Joinville,
- Encontro de Saúde Mental Drogas e Álcool - Jaragua do Sul.

Participação em audiências públicas :

- Orçamento Estadual da Assistência Social,

- Orçamento da Assistência Social do Município de Florianópolis
- Violência Doméstica,
- Associação de Proteção de Assistência ao Condenado – Sistema APAC

Participação em Eventos:

- I Encontro Nacional dos Conselhos da Comunidade – Ministério da Justiça
- Oficina Nacional da Saúde Mental no Sistema Prisional – MS
- Seminário Saúde Mental e lei: os desafios da implantação da lei 10.216 no Brasil - CNJ
- Seminário – Presos Estrangeiros- CNJ

3.5.1.5. Elaborar propostas, sugestões e projetos nas áreas de sua competência, visando o aprimoramento dos serviços judiciais a ser encaminhados para a aprovação do Corregedor e/ou por ele solicitada.

Projetos:

Elaboração do Projeto **Direito de Ser Idoso** que possui como objetivo principal a Garantir à população idosa o acesso aos direitos estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Código de Processo Civil e na Recomendação nº 14 do CNJ, através de ações que inibam a violência contra a pessoa idosa. As ações já foram deflagradas como:

- Parceria com o Ministério Público para a realização das inspeções de longa permanência já concretizada na inspeção realizada na Comarca Palhoça.
- Inclusão de itens de avaliação de atendimento prioritário processual através das correições,

- Encaminhamentos de solicitações de priorização através da ouvidoria judicial - 5
- Elaboração de curso de capacitação relativa ao Direito do Idoso para os assistentes sociais, a ser realizado em abril de 2013 em parceria com a Procuradoria Geral, através do Centro de Apoio de Direitos Humanos
- Reuniões realizadas para encaminhamentos do projeto: Ministério Público, Centro de Apoio Estadual do Direitos Humanos e Terceiro Setor – 4, Conselho Estadual do Idoso – 2

3.5.1.6. Motivar a realização dos cursos de qualificação necessários para a promoção da excelência dos serviços prestados

Ação iniciada em 2012 e com parceria da Academia Judicial e finalização em 2013: Seminário Tortura e Outras Formas e Maus Tratos, Curso de Capacitação, orientação 33, para serventuários de cartório, Curso de capacitação para assistentes sociais em técnicas de entrevista em situações de abuso e violência, Curso de formação continuada para os oficiais da infância e juventude, Curso de formação continuada para assistentes sociais em direito do idoso, Curso de qualificação técnica para os Conselheiros da Comunidade e Fórum Estadual dos Magistrados da Execução Penal – FEMEP.

Reuniões realizadas : 4

3.5.1.7. Atendimento de partes e familiares e representantes de órgãos de direitos e instituições para solicitação de esclarecimentos e apresentação de denúncias:

- Denúncias: 55
- Respostas aos questionamentos de partes, familiares, servidores e representantes de órgãos e servidores: 47
- Reuniões com representantes de instituições e órgãos de classe: 23
- Reuniões com a Secretaria de Justiça e Cidadania: 9

- Reuniões com a Secretaria de Segurança Pública: 3
- Reuniões com a Ordem dos Advogados do Brasil SC: 5
- Reuniões com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos: 2
- Reuniões Representantes do Hospital de Custódia para adequação a lei 10.216: 4
- Reuniões Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA : 4

3.5.1.8. Controlar, acompanhar e orientar ações relacionadas a garantia da segurança de magistrados.

- Reuniões realizadas: 7
- Demandas atendidas: 13

3.5.1.9. Orientação dos Conselhos da Comunidade e participação no Conselho de Comunidade de Florianópolis, com o intuito de auxiliar no fortalecimento do órgão e auxiliar na definição de procedimentos. Orientação dos Conselhos das demais Comarcas, repassando informações, recebendo denúncias e auxiliando na resolução das demandas críticas, como castigo com racionamento de comida, violência física e outras violações.

- Orientações aos Conselhos da Comunidade através de e-mail e telefone: 18

3.5.1.10. Participação no projeto Mulher no Sistema Prisional Projeto Mulheres

Ação solicitada pelo Ministério da Justiça desenvolvido pela Secretarias de Justiça e Cidadania, que contou com a colaboração da Corregedoria, através do serviço social do núcleo V na elaboração de questionário e coleta de dados.

Visita às unidades prisionais de Blumenau e Lages para coleta de dados e participação em 4 reuniões com a equipe da SJC

3.5.1.11. Resolução 154 CNJ

- Reuniões internas: 3
- Reuniões com as Diretorias de Tecnologia e Informação e Diretoria de Orçamento e Finanças para a definição de metodologia e ferramentas: 2

3.6. Atividades da Escrivania Correicional

Na Escrivania Correicional atuaram, em 2012, os escrivães correicionais Geraldo Della Giustina, Marco Túlio de Camargo Dolberth, Perla Maria Fusinato Schappo e a assessora correicional Cátia Lucila Ricordi Crestani. Registre-se que o escrivão correicional Marco Túlio de Camargo Dolberth trabalhou na Corregedoria até o final do mês de abril do corrente ano.

As atividades da Escrivania Correicional ocorreram nos quatro núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça.

3.6.1. Núcleo I - De orientação institucional

A Escrivania Correicional prestou esclarecimentos e orientações em variados temas relacionados ao foro judicial. Também ouviu queixas de usuários, dando encaminhamento necessário a cada caso, conforme quadro detalhado a seguir:

Resposta a Consultas	Soma
E-mail	753
Instant Messenger	103
Presencial	11
Telefone	1077
Total	1944

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

3.6.2. Núcleo II - De planejamento e de projetos

Em conjunto com a área técnica, a Escrivania Correicional atuou no acompanhamento dos projetos existentes e na implementação de novos, com a especificação e criação de serviços e/ou sistemas informatizados. Dentre as atividades desenvolvidas durante este ano,

destacam-se:

- 1- Comissão de Revisão do Código de Normas: a escritã correicional Perla Maria Fusinato Schappo integra esta comissão, a qual possui reuniões periódicas, em alguns períodos as reuniões ocorreram diariamente das 14:00 as 17:00 horas. Atualmente as reuniões ocorrem de forma semanal. O setor está responsável por redigir as normas do cartório judicial para o novo código.
- 2- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD: o escrivão correicional Geraldo Della Giustina integra esta comissão do Tribunal de Justiça que analisa a tabela de temporalidade do CNJ, bem como a tabela de temporalidade dos documentos judiciais e administrativos do Tribunal de Justiça, comissão permanente de avaliação de documentos – CPAD, também havendo reuniões aproximadamente uma por mês.
- 3- Projeto “conta corrente”: neste projeto elaborado pela assessoria de custas e pelo núcleo II, é solicitada em todas as reuniões a presença de um escrivão correicional diante da implicação diretamente no cartório das novas funcionalidades propostas.
- 4- Processo eletrônico: os escrivães correicionais também participaram, no decorrer deste ano de diversas reuniões para tratar do normativo do processo eletrônico no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina.
- 5- Proposição e análise de alterações de funcionalidades e de modelos de documentos da instituição no Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG e SAJ/CTD – Sistema de Gerenciamento de Certidões): com participação em reuniões de validação.
- 6- Projeto Piloto “Certidões na Internet”, na Comarca da Capital: desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça, por meio do qual, a partir do dia 19 de novembro de 2012 é possível solicitar "Certidões Online" relativas a Comarca da Capital, cuja consulta abrangerá os Foros: Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Continente, sendo possível solicitar as seguintes certidões: Certidão Criminal, Certidão Cível, Certidão de Falência,

Concordata e Recuperação Judicial, Certidão para Fins Eleitorais.

3.6.3. Núcleo III - De inspeção correicional e instrução disciplinar

As inspeções correicionais fazem parte das ações de controle e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários.

Sua realização não significa a existência de irregularidades. Durante os trabalhos a Escrivania Correicional capta informações sobre a realidade do foro judicial e do andamento processual nas unidades judiciárias da comarca. Além dos cartórios judiciais, também setores administrativos foram objeto de inspeção: Central de Portaria e Comunicação, Central de Mandados, Contadoria, Distribuição, Oficialato da Infância e da Juventude, Oficialato de Justiça, Secretaria do Foro e Serviço Social.

Erros, inconsistências ou eventuais irregularidades são registradas em relatório e servem como paradigma para outras unidades. Os servidores recebem orientações de como proceder corretamente. O trabalho é feito por amostragem nos processos em andamento, conforme a competência da unidade (cível, criminal, família, infância e juventude, fazenda, juizado especial, etc.).

Além do andamento processual, são verificados problemas de infraestrutura que podem atrapalhar o desenvolvimento das atividades. As questões analisadas nas correições são repassadas às respectivas áreas envolvidas do Judiciário Estadual, requisitando a solução dos problemas encontrados.

Resumidamente, a Escrivania Correicional desenvolve suas atividades com base nos seguintes vetores:

- análise preliminar do perfil da unidade a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorária;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos processuais;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;

- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

No ano de 2012, a Escrivania Correccional acompanhou o Juiz-Corregedor do Núcleo III nas atividades de inspeção correccional em 69 unidades, de forma presencial e virtual/presencial, além de 53 de forma remota, conforme quadros demonstrativos abaixo:

INSPEÇÕES PRESENCIAIS				
	Período	Comarca	Vara	Data
1	5 a 9 de Março	Sombrio	Sombrio, 1ª Vara	5 a 9
2			Sombrio, 2ª Vara	5 a 9
3	12 a 16 de Março	Rio Negrinho	Rio Negrinho, 1ª Vara	12 a 16
4			Rio Negrinho, 2ª Vara	12 a 16
5	26 a 30 de Março	Xaxim	Xaxim, 1ª Vara	26 a 30
6			Xaxim, 2ª Vara	26 a 30
7	6 a 10 de Agosto	Ituporanga	Ituporanga, 1ª Vara	6 a 10
8			Ituporanga, 2ª Vara	6 a 10

INSPEÇÕES MISTAS (VIRTUAL E PRESENCIAL)				
Ord	Período	Comarca	Vara	Data
9	10 a 12 de Abril	Capital – Eduardo Luz	Eduardo Luz, Sucessões	10/04/1 2
10			Eduardo Luz, 1º Juizado Especial Cível	11/04/1 2
11			Eduardo Luz, 2º Juizado Especial Cível	12/04/1 2
12	17 a 19 de Abril	São José	São José, Vara da Fazenda Pública	17/04/1 2
13			São José, Vara de Direito Bancário	18/04/1 2
14			São José, Juizado Especial Cível	19/04/1 2
15	23 a 27 de Abril	São Bento do Sul	São Bento do Sul, 1ª Vara	24/04/1 2
16			São Bento do Sul, 2ª Vara	25/04/1 2
17			São Bento do Sul, 3ª Vara	26/04/1 2
18	7 a 11 de Maio	Itapema	Itapema, 1ª Vara Cível	08/05/1 2
19			Itapema, 2ª Vara Cível	09/05/1 2
20			Itapema, Vara Criminal	10/05/1 2
21	21 a 25 de Maio	Navegantes	Navegantes, 1ª Vara Cível	22/05/1 2
22			Navegantes, 2ª Vara Cível	23/05/1 2

23			Navegantes , Vara Criminal	24/05/1 2
24	11 a 15 de Junho	Pomerode	Pomerode , Vara Única	12/06/1 2
25		Ascurra	Ascurra , Vara Única	13/06/1 2
26		Presidente Getúlio	Presidente Getúlio , Vara Única	14/06/1 2
27	25 a 29 de Junho	Garopaba	Garopaba , Vara Única	25/06/1 2
28		Imbituba	Imbituba , 1ª Vara	26/06/1 2
29			Imbituba , 2ª Vara	27/06/1 2
30		Imaruí	Imaruí , Vara Única	28/06/1 2
31	9 a 13 de Julho	Balneário Piçarras	Balneário Piçarras , 1ª Vara	09/07/1 2
32			Balneário Piçarras , 2ª Vara	10/07/1 2
33		Porto Belo	Porto Belo , 1ª Vara	11/07/1 2
34			Porto Belo , 2ª Vara	12/07/1 2
35	23 a 27 de Julho	Braço do Norte	Braço do Norte , 1ª Vara Cível	24/07/1 2
36			Braço do Norte , 2ª Vara Cível	25/07/1 2
37			Braço do Norte , Vara Criminal	26/07/1 2
38	14 a 16 de Agosto	São José	São José , 1ª Vara Cível	14/08/1 2
39			São José , 2ª Vara Cível	15/08/1 2
40			São José , 3ª Vara Cível	16/08/1 2
41	20 a 24 de Agosto	Bom Retiro	Bom Retiro , Vara Única	21/08/1 2
42		Correia Pinto	Correia Pinto , Vara Única	22/08/1 2
43		Santa Cecília	Santa Cecília , Vara Única	23/08/1 2
44	3 a 5 de Setembro	Biguaçu	Biguaçu , 1ª Vara Cível	03/09/1 2
45			Biguaçu , 2ª Vara Cível	04/09/1 2
46			Biguaçu , Vara Criminal	05/09/1 2
47	24 a 28 de Setembro	Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira , Vara Única	25/09/1 2
48		São José do Cedro	São José do Cedro , Vara Única	26/09/1 2
49		Anchieta	Anchieta , Vara Única	27/09/1 2
50	1º a 5 de Outubro	São Lourenço do Oeste	São Lourenço do Oeste , Vara Única	02/10/1 2
51		Quilombo	Quilombo , Vara Única	03/10/1 2

52		Coronel Freitas	Coronel Freitas , Vara Única	04/10/1 2	
53	15 a 19 de Outubro	Aberlardo Luz	Abelardo Luz , Vara Única	16/10/1 2	
54		Ponte Serrada	Ponte Serrada , Vara Única	17/10/1 2	
55		Seara	Seara , Vara Única	18/10/1 2	
56	22 a 26 de Outubro	Modelo	Modelo , Vara Única	23/10/1 2	
57		Pinhalzinho	Pinhalzinho , Vara Única	24/10/1 2	
58		São Carlos	São Carlos , Vara Única	25/10/1 2	
59	5 a 8 de Novembro	Palhoça	Palhoça , 1ª Vara Cível	05/11/1 2	
60			Palhoça , 2ª Vara Cível	06/11/1 2	
61			Palhoça , 3ª Vara Cível	07/11/1 2	
62			Palhoça , Família	08/11/1 2	
63			12 e 13 de Novembro	Palhoça , 1ª Vara Criminal	12/11/1 2
64				Palhoça , 2ª Vara Criminal	13/11/1 2
65	20 de Novembro	Santo Amaro da Imper.	Santo Amaro da Imperatriz – vara única e setores	20/11/1 2	
66	21 de Novembro	Biguaçu	Biguaçu – Unidade judiciária de cooperação	21/11/1 2	
67	26 a 30 de Novembro	São Joaquim	São Joaquim , 1ª Vara	27/11/1 2	
68			São Joaquim , 2ª Vara	28/11/1 2	
69		Uribici	Uribici , Vara Única	29/11/1 2	

INSPEÇÕES REMOTAS			
ORD.	DATA DE INÍCIO	COMARCA	UNIDADE
1	25/06/2012	Balneário Camboriú	Vara da família e órfãos
2	26/06/2012		Juizado especial cível
3	27/06/2012		1ª vara cível
4	28/06/2012		2ª vara cível
5	29/06/2012		3ª vara cível
6	02/07/2012		4ª vara cível
7	03/07/2012	Blumenau	2ª vara da família
8	04/07/2012		1ª vara da família
9	05/07/2012		Vara de direito bancário
10	06/07/2012		1ª vara cível
11	09/07/2012		2ª vara cível
12	10/07/2012		3ª vara cível
13	11/07/2012		4ª vara cível
14	12/07/2012		5ª vara cível
15	13/07/2012		Juizado especial cível
16	16/07/2012		1ª vara cível

17	17/07/2012		2ª vara cível
18	18/07/2012		3ª vara cível
19	30/07/2012		4ª vara cível
20	31/07/2012		Juizado especial cível
21	01/08/2012		Vara da família e órfãos
22	02/08/2012		Vara da família e infância
23	03/08/2012	Joinville	1ª vara cível
24	06/08/2012		2ª vara cível
25	07/08/2012		3ª vara cível
26	08/08/2012		4ª vara cível
27	09/08/2012		5ª vara cível
28	27/08/2012		6ª vara cível
29	28/08/2012		7ª vara cível
30	29/08/2012		1ª vara direito bancário
31	30/08/2012		2ª vara direito bancário
32	10/09/2012		1º juizado especial cível
33	11/09/2012		2º juizado especial cível
34	12/09/2012		3º juizado especial cível
35	13/09/2012		1ª vara da família
36	14/09/2012		2ª vara da família
37	17/09/2012		3ª vara da família
38	18/09/2012		Itajaí
39	19/09/2012	4ª vara cível	
40	01/10/2012	Juizado especial cível	
41	02/10/2012	Lages	Vara da infância e juventude
42	03/10/2012		Juizado especial cível
43	04/10/2012		Vara da família
44	05/10/2012		1ª vara cível
45	08/10/2012		2ª vara cível
46	09/10/2012		3ª vara cível
47	10/10/2012		4ª vara cível
48	11/10/2012	Rio do Sul	1ª vara cível
49	22/10/2012		2ª vara cível
50	23/10/2012		3ª vara cível
51	24/10/2012	Tubarão	1ª vara cível
52	25/10/2012		2ª vara cível
53	26/10/2012		3ª vara cível

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

Quando a inspeção é remota, a atividade da escrivania correicional concentra-se no acompanhamento do calendário, para verificar se estão sendo feitas no período marcado e na análise dos resultados finais.

Além das atividades acima expostas, os escrivães correicionais auxiliam como consultores nas atividades de assessoria de todos os núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça, considerando que as atividades da Escrivania Correicional estão relacionadas direta ou indiretamente a todas as áreas de atuação da CGJ.

No plano da instrução disciplinar a Escrivania Correicional acompanha os Juízes-Corregedores dos Núcleos I, III e V nas atividades

externas do órgão, promovendo a coleta de provas e realização de audiências em sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares, quando solicitados.

3.6.4. Núcleo V

A atividade desenvolvida junto ao Núcleo V desta CGJ também se refere à consultoria das matérias que afetam o primeiro grau de jurisdição, na sua competência.

Participou-se de reuniões para adequação de normativos do CNJ no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, como atualmente está acontecendo com a implementação da Resolução nº 154 de 2012 do CNJ neste Tribunal.

3.6.5. Apresentações, palestras e cursos

A Escrivania Correicional também participou de eventos institucionais como palestrante com ênfase na gestão de pessoas e de processos.

Exemplo disto, foi o curso de chefes de cartórios ocorrido em julho, encontro de distribuidores que aconteceu em setembro e o encontro de coordenadores de centrais de mandados que aconteceu em novembro do corrente ano.

Os escrivães correicionais Geraldo Della Giustina e Perla Maria Fusinato Schappo, além da assessora correicional Cátia Lucila Ricordi Crestani, participaram, no período de 10 a 13 de dezembro de 2012, junto à Academia Judicial, de curso relativo ao SAJ 5.

4. ATIVIDADES DA COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CEIJ

4.1. Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – Ceij, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bem como as metas para o ano de 2013.

A Ceij, instituída pela Resolução n. 63/2011-TJ e constituída por um colegiado composto por 14 juizes que se reúnem mensalmente, tem como missão promover a melhoria da prestação jurisdicional, através da proposição e implementação de políticas afetas à área da infância e da juventude do estado, bem como a capacitação de magistrados e servidores na matéria.

Os trabalhos tiveram como foco de atuação as áreas protetivas e socioeducativas da política de atendimento à infância e juventude. As diretrizes foram traçadas através de reuniões entre os membros da Ceij e foram formuladas para responder qualitativamente e quantitativamente às demandas apresentadas.

Dentre suas recentes ações, destacam-se o Projeto Amigo da Leitura, cujo resultado parcial de arrecadação até o mês de dezembro foi de 8051 livros e 457 brinquedos pedagógicos. A participação no acompanhamento do processo de discussão da Lei Orçamentária estadual, com vistas a ampliar o percentual de dotação destinado à Política de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes. Os Colóquios Regionais sobre a Lei do Sinase e o Projeto de Justiça Restaurativa com adolescentes em conflito com a lei, além de outros.

4.1.1. Quadro de pessoal

a) uma servidora do quadro do Poder Judiciário que exerce a função de secretária da Coordenadoria;

b) três servidoras do quadro do Poder Judiciário que compõem a equipe técnica da secretaria.

4.1.2. Projetos

a) Projeto piloto de Justiça Restaurativa no Juizado da Infância e da Juventude da Comarca da Capital

Atividades relacionadas:

- reuniões mensais com universidade parceira (Unisul) e mediadores
- assessoria técnica e operacional à equipe de mediadores
- organização do workshop denominado “Fissuras e Interfaces da Justiça em Florianópolis” em parceria com o Instituto Pe. Vilson Groh (realizado em 02 de outubro)
- realização de convênio com o instituto conviver para viabilização de atendimento psicológico ao adolescente
- em andamento: convênio de formalização do Projeto. Signatários: Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público e Unisul

Resultados:

O Centro de Justiça Restaurativa (CJR) recebeu 186 adolescentes encaminhados pela delegacia especializada da infância e da juventude da capital e 12 provenientes do Ministério Público e/ou magistrado, perfazendo um total de 198 casos recebidos, numa média de 25 casos/mês, no período de abril a novembro de 2012. Desses encaminhamentos mais da metade (56,6%) aderiu ao procedimento de mediação, 18,7 % não aderiram e 24,7% não compareceram no Centro de mediação, conforme previamente agendado pela delegacia de polícia.

Dos 112 casos que que aderiram à mediação, cerca de 30% terminaram em acordo, 30 adolescentes continuam ainda em atendimento, 49 casos abandonaram a mediação e apenas um caso não teve acordo. Dos 32 que chegaram a um acordo, 24 foram arquivados, 3 receberam remissão e 5 ainda não foram definidos

pelo juízo. O uso de drogas foi a principal causa da apreensão dos adolescentes, cerca de 45% foram atendidos por esse motivo. Furto simples foi a segunda causa em 11,4% dos casos. É importante salientar que 74% dos casos foram ocorrências caracterizadas como primeira infração.

Constata-se que dos acordos alcançados, a maioria dos casos são arquivados judicialmente, o que contribui sobremaneira para a economia processual e intervenção do magistrado e/ou Ministério Público, promovendo celeridade e eficácia no atendimento. Quanto à pertinência do projeto, cabe ressaltar que a mediação utiliza-se de técnicas de abordagem individualizada e de ressocialização por meio de diálogos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O projeto intervém precocemente com esses adolescentes que começam a ingressar no mundo das drogas, sendo seu primeiro envolvimento em atos infracionais, uma vez que a mediação de conflitos transcende à aplicação meramente judicial.

Quanto ao número expressivo de abandonos no procedimento de mediação e segundo a percepção dos mediadores, dentre os motivos, há três que se sobressaem: o envolvimento mais acentuado com drogas, a falta de condições para o transporte para as sessões de mediação e a falta de envolvimento dos pais no processo de mediação.

b) Projeto curso de especialização voltado para assistentes sociais e psicólogos do Poder Judiciário – “Gestão interdisciplinar de conflitos no judiciário contemporâneo”

Atividades relacionadas:

- elaboração do projeto
- interlocução com Academia Judicial, professores, magistrados e assistentes sociais e psicólogos do poder judiciário

c) Projeto Campanha Amigo da Leitura

Atividades relacionadas:

- elaboração do projeto
- envio de ofício às 110 comarcas constando orientações e material de apoio para divulgação da campanha
- celebração de convênio com o SESI para recebimento de 900 obras infanto-juvenis doadas para distribuição nos programas de acolhimento (30 caixas com 30 livros cada)
- busca ativa por doações de obras em outros segmentos públicos e privados
- entrega in loco dos kits doados pelo SESI às instituições de acolhimento
- acompanhamento e avaliação dos resultados da campanha

Resultados:

- nº de livros arrecadados: 8051
- nº de jogos educativos arrecadados: 457
- materiais diversos (revistas, gibis, caixas de lápis de cor, etc): 844

d) Projeto para implantação de Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei na comarca da Capital(CIA/Fpolis)**Atividades relacionadas:**

- elaboração do projeto
- apresentação do Projeto para o Ministério Público e a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores de Florianópolis
- participação no debate do orçamento municipal no tocante à política de Assistência Social com vistas a viabilizar a implantação do CIA/Fpolis

4.1.3. Projetos Conjuntos

a) Projeto para viabilização de cursos de qualificação e cursos profissionalizantes aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e meio fechado

Instituições participantes: Ceij/SENAI/DEASE

Atividades relacionadas:

- realização de reuniões
- elaboração de atas, relatórios e ofícios
- monitoramento da implantação dos cursos nas comarcas da Capital, Blumenau, Gaspar e Barra Velha

b) Colóquios Regionais sobre a lei n. 12.594/2012 (Sinase)

Instituições participantes: TJSC – Ceij / MP – CIJ / SJC – DEASE / SST / Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) / Associação Catarinense de Conselhos Tutelares (ACCT)

Atividades relacionadas:

- realização de reuniões
- elaboração de expedientes administrativos
- promoção e organização do Colóquio da Regional VI - Jaraguá do Sul, ocorrido em 07/05/2012
- auxílio na organização dos demais eventos regionais, quais foram:

Regional I – Florianópolis / Data: 04 de abril

Regional II – Lages / Data: 11 de abril

Regional III – Tubarão / Data: 13 de abril

Regional IV – Chapecó / Data: 17 de abril

Regional V – Gaspar / Data: 23 de abril

4.1.4. Organização de seminários

a) II Simpósio sobre Socioeducação do Poder Judiciário de Santa Catarina / FONAJUV

Local: ESMESC/Florianópolis/SC

Data: 01, 02 e 03 de março

b) Fórum dos Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e Ministério Público (atividade desenvolvida em conjunto com a Comissão Estadual de Adoção – Ceja e Academia Judicial)

Local: Florianópolis/SC

Data: 28 e 29 de junho

c) 9º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção (atividade desenvolvida em conjunto com a Comissão Estadual de Adoção – Ceja e Academia Judicial)

Local: Balneário Camboriú/SC

Data: 08 e 09 de novembro

4.1.5. Visitas técnicas

a) Sistema Socioeducativo

Objetivos:

- inspecionar os programas de atendimento socioeducativo em meio fechado na perspectiva de monitorar a evolução do sistema em nível estadual
- prestar suporte técnico aos juizados da infância e da juventude quando da ocorrência de rebelião, violência física e psicológica perpetrada contra os adolescentes

Atividades desenvolvidas:

- deslocamento às instituições
- inspeção da base física, infraestrutura e materiais necessários para o desenvolvimento dos programas de atendimento
- entrevista com dirigentes servidores e funcionários dos programas
- entrevista com adolescentes internados
- elaboração de ofícios e relatórios

Unidades visitadas:

- Plantão de Atendimento Inicial – Florianópolis (cinco visitas)
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Blumenau
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Lages
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Xanxerê
- Centro de Atendimento Socioeducativo de São José do Cedro
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Rio do Sul
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Itajaí
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Joinville
- 6ª Delegacia de Polícia da Capital

b) Programas de acolhimento**Objetivos:**

- inspecionar as instituições de acolhimento
- verificar a situação processual dos acolhidos e discutir e planejar o atendimento de cada caso
- verificar se as orientações metodológicas do CONANDA estão sendo aplicadas
- Atividades desenvolvidas:
- deslocamento às instituições
- inspeção da base física, infraestrutura e recursos humanos dos programas;
- verificação dos prontuários individuais, do plano político pedagógico do programa e outros registros e documentos
- reunião com os atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Juízes, Promotores de Justiça, técnicos do Poder Judiciário, dos programas de acolhimento e da rede de atendimento, e gestores municipais)
- elaboração de ofícios e relatórios

Unidades visitadas:

- Piçarras: Casa de Passagem Refúgio
- Penha: Casa Lar Anjo Gabriel Penha
- Barra Velha: Casa de Passagem Dr. Germano Selke
- Jaraguá do Sul: Centro da Juventude e Família Hildergard Hufenussler- - Tijucas: Casa Lar
- Itapema: Serviço de acolhimento institucional João e Maria
- Comarca de Porto Belo
- Comarca de São João Batista

4.1.6. Cursos e palestras ministradas

a) Capacitação do CUIDA aos novos Assistentes Sociais das comarcas de Joinville, Barra Velha, Navegantes, Camboriú e Itajaí

Data: 11/06/2012

Local: Tribunal de Justiça

b) 5º Encontro Estadual de Assistentes Sociais do Poder Judiciário

Data: 15/05/2012

Local: Auditório da Procuradoria-Geral da Justiça/Casa do Barão

c) 1º Curso de Capacitação para Intervenção em Programas de Acolhimento

Data: 05/10/2012

Local: Hotel Itaguaçu/São José/SC

d) Palestra: Os serviços de proteção social de alta complexidade e sua articulação com o sistema de Garantia

Data: 23/10/2012

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social/Centro de Educação Continuada/Florianópolis

4.1.7. Participação em eventos

a) Seminário “Implantação e fiscalização do sistema socioeducativo em meio aberto em Santa Catarina”

Data: 19/03/2012

Local: Auditório da Procuradoria-Geral da Justiça/Casa do Barão

b) Audiência pública estadual sobre programas de acolhimento

Local: ALESC/Florianópolis

c) Fórum Catarinense de Aprendizagem

Data: 02/04/2012

Local: Delegacia Regional do Trabalho/Florianópolis

d) Seminário Interfaces entre a Psiquiatria, o Judiciário e o seu contexto social

Data: 20/04/2012

Local: ALESC/Florianópolis

e) Curso: Novos Vínculos Afetivos para Crianças e Adolescentes

Data: 27/04/2012 à 01/05/2012

Local: Brasília/DF

f) 5º Encontro de Assistentes Sociais do Poder Judiciário de Santa Catarina

Data: 14 à 16/05/2012

Local: Auditório da Procuradoria-Geral da Justiça/Casa do Barão

g) Seminário: Balanço das Políticas de Saúde Mental e Juventude nas Fronteiras Psi-Jurídicas

Data: 14/05/2012

Local: São Paulo/SP

h) XXIV Congresso Nacional da ABMP

Data: 16 à 18/05/2012

Local: Natal/RN

i) Grupo de Estudos do mestrado de Serviço Social da UFSC –

Tema: socioeducação

Data: 29/05/2012

Local: UFSC/Florianópolis

j) II Seminário Perspectivas de Mudanças na Política de Drogas

Data: 01/06/2012

Local: Campus da UFSC/Florianópolis

k) Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina

Data: 28 e 29/06/2012

Local: Hotel Praiatur/Florianópolis

l) Ciclo de filmes e debates história e loucura

Data: 31/07/2012

Local: Campus da UDESC/Florianópolis

m) Seminário “Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes: Pressupostos Metodológicos e as Distinções e Complementaridades entre o Papel da Autoridade Judiciária e as Equipes Interdisciplinares”

Data: 20 à 22/06/2012

Local: Recife/PE

n) Curso de capacitação em entrevista forense com crianças

Data: 23/08/2012

Local: Recife/PE

o) Capacitação SENAI sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Data: 03/10/2012

Local: SENAI/Florianópolis

p) Solenidade de assinatura do termo de cessão de livros, doados pelo SESI

Data: 24/10/2012

Local: AMC/Florianópolis

q) Audiência Pública sobre o orçamento estadual da Política de Assistência Social

Data: 29/10/2012

Local: ALESC/Florianópolis

r) Audiência Pública sobre o orçamento municipal para 2013

Data: 05/11/2012

Local: Câmara Municipal de Vereadores/Florianópolis

s) 9º Encontro de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

Data: 08 e 09/12/2012

Local: Balneário Camboriú/SC

t) Curso: Dependência química em populações especiais

Data: 22/11/2012

Local: Associação Catarinense de Medicina (ACM)/Florianópolis

u) XI Jornada Catarinense de Psiquiatria

Data: 23 e 24/11/2012

Local: Associação Catarinense de Medicina (ACM)/Florianópolis

4.1.8. Atividades diversas

a) realização de 9 (nove) reuniões ordinárias do Grupo Operacional da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (03/02, 16/03, 20/04, 25/05, 15/06, 23/07, 14/09, 19/10 e 07/12)

b) agendamento e participação de 2 (duas) audiências com o Governador do Estado visando propor e cobrar soluções para a escassez de vagas e demais irregularidades do Sistema Socioeducativo Catarinense (20/06 e 17/09)

c) realização de 6 (seis) reuniões interinstitucionais, sendo três delas com a presença da Secretária de Justiça e Cidadania, com vistas a propor e cobrar soluções para a escassez de vagas e demais irregularidades do Sistema Socioeducativo Catarinense (04/05, 24/07, 17/08, 22/08, 12/09 e 04/10)

d) recepção e acompanhamento da equipe do Programa Justiça ao Jovem, do Conselho Nacional de Justiça, quando da visita ao Estado de Santa Catarina (23 à 25 de julho)

e) elaboração de proposições para o Projeto de Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, especialmente no que diz respeito aos artigos do Capítulo XI, os quais versam sobre matéria da Infância e Juventude. Realização de 2 (duas) reuniões com magistrados e servidores da área da infância e juventude para discussão das propostas (22/06 e 04/07)

f) participação em 4 (quatro) reuniões da Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente, formada por entidades governamentais e não governamentais que compõem o sistema de justiça juvenil, com vista a instituir protocolo interinstitucional de procedimentos para atendimento dos adolescentes em conflito com a lei (22/10, 05/11, 19/11 e 10/12)

g) participação em 1 (uma) reunião com representantes da Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente com vista a elaboração da minuta do Termo de Cooperação Técnica para formalizar a Rede (13/11)

h) participação em 2 (duas) Assembleias do Conselho Estadual de Assistência Social com vistas ao acompanhamento do processo de definição do orçamento para 2013 (09/10 e 27/11)

i) participação em 1 (uma) Audiência Pública na Assembleia Legislativa com vistas a acompanhar o processo de proposição ao orçamento estadual no tocante ao exercício 2013 da Política de Assistência Social (29/10)

j) participação em audiência com o Presidente da Assembleia Legislativa, em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça, com vistas a diligenciar pela recomposição do orçamento estadual no tocante à política de Assistência Social (31/10)

k) participação em 2 (duas) reuniões interinstitucionais com vistas a diligenciar pela recomposição do orçamento estadual no tocante à política de Assistência Social (04/12 e 05/12)

l) participação em 1 (uma) Audiência Pública e 1 (uma) reunião da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores de Florianópolis com vistas a propor emendas e acompanhar o processo de definição do orçamento do município de Florianópolis para o exercício 2013 (05/11 e 19/11)

m) participação em 2 (duas) reuniões com vistas a discutir diretrizes para o projeto de interiorização da defesa de adolescentes em conflito com a lei, proposta pela Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB (24/10 e 16/11)

n) apoio institucional ao Projeto Parceria Pró-Pia, idealizado e conduzido pela magistrada Mônica Elias de Lucca Pasold, por meio da Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), com vistas a desenvolver ações conjuntas com as Associações Brasileira e Catarinense de Psiquiatria

(ABP e ACP), voltadas à criação de projetos e programas alternativos que viabilizem suprir a ausência ou insuficiência de políticas públicas para a atenção de crianças e adolescentes com problemas derivados do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Participação na solenidade de assinatura do Protocolo de Intenções (23/11) e em reuniões para encaminhamento do projeto

o) participação em (uma) reunião com Diretoria do Senai, com vistas a conhecer os meios de acesso ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) aos adolescentes acompanhados pelos juizados da infância e juventude (em acolhimento ou em cumprimento de medida socioeducativa) e/ou viabilizar alternativas locais para a inserção destes nos cursos oferecidos pelo SENAI (qualificação, profissionalizante, temáticas transversais) (21/09)

p) participação na reunião do Colegiado de Coordenadores da Infância e Juventude, ocorrida em Recife/PE (30/11)

q) agendamento e participação em 2 (duas) reuniões interinstitucionais com vistas a definir estratégias para implantação do Projeto de República destinado a adolescentes egressos dos sistemas protetivo e socioeducativo (16/08 e 29/08)

r) realização de 2 (duas) reuniões com a ASPLAN visando a coleta de dados para elaboração de projeto de redefinição da competência das varas e/ou especialização das Varas da Infância e da Juventude (26/03 e 24/04)

s) apresentação e discussão do filme referente ao projeto Trajetos, Travessias e Territórios, desenvolvido no município de Fortaleza, com a equipe da Assessoria Sociopedagógica e da Assessoria Programática de Segurança do Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE) (09/03)

t) concessão de entrevista sobre as atribuições da Cej à estagiários do Curso de Serviço Social da UFSC (17/10)

u) criação do site da Ceij

v) elaboração de relatórios mensais das audiências concentradas realizadas em todas as comarcas

w) levantamento do número de adoções iniciadas e devoluções no ano de 2011 de crianças e adolescentes de 8 ou mais anos

x) elaboração do modelo de relatório de visitas às instituições de acolhimento, disponibilizado no site da Ceij

y) elaboração de informativo sobre autorizações de viagem nacional e internacional

z) elaboração dos projetos para compor o planejamento de eventos da Ceij para o ano 2013

a.1) participação em reunião com representantes do juizado da infância e juventude, promotoria de justiça, SENAI e prefeitura do município de Gaspar, com vistas a tratar sobre a viabilização de cursos para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (13/12)

b.1) participação na comissão julgadora do I Premio CNJ da Infância e Juventude 2012 (Magistrada Brigitte Remor de Souza May, indicada pela ABMP)

c.1) participação no XXX Congresso Brasileiro de Psiquiatria e palestrante na Mesa Redonda intitulada Psiquiatria e Justiça Social (Magistrada Mônica Elias de Lucca Pasold, indicada pela Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP) (10 à 13/10)

4.1.9. Metas para 2013

4.1.9.1 Eventos

a) Fórum Estadual de Magistrados e Técnicos da Infância e da Juventude a ser realizado em Florianópolis, na segunda quinzena do mês de junho

b) 2º Seminário Internacional da Infância e Juventude do TJ/SC a ser realizado em Florianópolis, na segunda quinzena de novembro

c) Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e da Juventude do Poder Judiciário a ser realizado em Chapecó, na segunda quinzena de setembro

d) Encontro Regional de Técnicos do Poder Judiciário e dos Programas de Acolhimento para Capacitação nos temas da Infância e Adolescência; datas e locais a serem definidos

e) 10º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, a ser realizado em Chapecó, na segunda quinzena de setembro

f) Curso Depoimento sem Dano: Uma alternativa para escuta de Criança e Adolescentes, a ser realizado em Florianópolis; data a ser definida

g) Curso regional de formação e capacitação na área da socioeducação; datas e locais a serem definidos

4.1.9.2 Ações

- a) elaborar manual de procedimentos dos Juizados da Infância e da Juventude

- b) dar continuidade às visitas de supervisão aos programas de acolhimento, conjuntamente com a Ceja

- c) definir projetos com vistas a orientar e fiscalizar a distribuição/aplicação de recursos das prefeituras municipais em programas afetos à área da infância e da juventude

- d) dar continuidade à interlocução com o MP, OAB, SJC, SST e Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, a fim de viabilizar a melhoria dos programas de execução de medidas socioeducativas

- e) disseminar o projeto - piloto de Justiça Restaurativa (implantado na Capital)

- f) elaboração e implantação de projeto alternativo de escuta de crianças e adolescentes vítimas

- g) implantar o Centro de Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei na comarca de Florianópolis (CIA/Fpolis)

- h) contribuir na viabilização do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), em conjunto com a SDH, SJC, SST e entidades não governamentais

i) elaborar periódico visando a divulgação de trabalhos e pesquisas científicas no âmbito da infância, família e juventude

j) fomentar junto a Secretaria de Educação (SED) e ao Conselho Estadual de Educação (CEE) a padronização da escolarização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em todo o estado

k) fomentar junto ao Ministério da Saúde a criação de CAPs AD na modalidade de atendimento a crianças e adolescentes

l) criar banco de jurisprudências, bem como modelos de documentos afetos aos juizados da infância e da juventude, classificados por matéria, para publicação no site da Ceij

m) diligenciar para a criação de serviço de acolhimento apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal e social

n) elaborar e ministrar curso voltado à assessoria dos desembargadores que atuam nas câmaras cíveis deste tribunal de Justiça, com o objetivo de difundir as diretrizes das políticas do Poder Judiciário afetas à área da infância e da juventude.

o) reforçar ações endógenas de fortalecimento da Ceij como órgão de definição de políticas do Poder Judiciário no âmbito da infância e da juventude

5. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- autuação de processos digitais;
- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos, circulares e ofícios-circulares;
- digitalização de processos;
- elaboração de ofícios;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;

- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.

6. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária no ano de 2012, afora o trabalho de rotina das seções, destacamos:

- Início da implantação, em conjunto com a Assessoria de Informática da CGJ, de indicadores estatísticos para monitoramento e avaliação dos serviços forenses do primeiro grau de jurisdição. Referidos indicadores servirão para auxiliar no acompanhamento do desempenho das unidades judiciárias, propiciando uma efetiva comparação entre comarcas/varas com igual ou semelhante competência, além de permitir um melhor planejamento das atividades de orientação e correção por parte dos núcleos operacionais da Corregedoria.
- Criação da Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Externos. Em virtude da falta de estrutura organizacional na Divisão Judiciária, de modo a que pudesse absorver os novos serviços criados com a finalização de vários projetos desenvolvidos pelo Núcleo II, foi criada estrutura própria junto a Divisão. Referida seção desafogará o Núcleo II, retirando de lá os serviços burocráticos que deveriam ser realizados junto à Divisão, liberando aquele setor para melhor dedicação à sua atividade fim: planejar, desenvolver e implementar projetos.
- Retomada do trabalho de conferência e testes das alterações efetuadas no saj/estatística, na parte atinente a geração das informações para o sistema Justiça Aberta do CNJ, com o objetivo de implementar a transferência eletrônica dos dados, eliminando o retrabalho de digitação.
- Alteração na sistemática de controle das informações inseridas nos sistemas de inspeção em estabelecimentos penais e interceptações telefônicas do CNJ. A partir do corrente ano passou-se a monitorar mensalmente referidos aplicativos, de forma que uma vez constatada a não alimentação dos sistemas até o dia 10 de cada mês, cientifica-se o magistrado e o chefe de cartório da unidade responsável pela atualização.
- Operacionalização do sistema de controle de pendências geradas na transferência dos mandados para o Banco Nacional de Mandados de

Prisão - BNMP, do Conselho Nacional de Justiça. Com base em sistema desenvolvido pela Assessoria de Informática desta Corregedoria, iniciamos os trabalhos de acompanhamento dos erros verificados no envio dos dados ao BNMP, reportando às comarcas/varas os problemas e a indicação dos procedimentos necessários para a correção das inconsistências junto ao saj/pg 3.

- Controle dos cadastros de usuários ao novo sistema de consulta a base de dados da CASAN, de modo que o acesso seja liberado apenas quando o autorizador seja o agente devidamente habilitado. Referido sistema é mais uma ferramenta de trabalho posta à disposição de magistrados e servidores, propiciando a obtenção de informações que auxiliarão no desenvolvimento da atividade fim do Judiciário.
- Participação em diversas reuniões técnicas que buscam o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário do Estado: a) para definição de novas competências para as varas que ainda não adotam o padrão definido pelo Tribunal de Justiça, bem como para a instalação de novas unidades a serem criadas; b) planejamento de atividades para o cumprimento das metas nacionais do CNJ; c) integração com órgãos públicos e privados (SSP/SC, TRE, CIASC, PROCURADORIAS, UFSC e etc); d) participação no I Encontro de Trabalho da Comissão de Tecnologia do Encoge, realizado no Estado do Mato Grosso.
- Monitoramento e proposição de novas funcionalidades no saj/estatística, de modo a tornar o sistema mais automatizado e melhor acessível aos usuários institucionais;

Apresenta-se, a seguir, alguns números indicativos das atividades desenvolvidas na Divisão:

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 198;
- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 1097;
- Fornecimento de Certidões de antecedentes criminais: 482;
- Informações prestadas em processos administrativos (criação de varas, alteração de competências das unidades, acompanhamento do movimento forense e etc): 429.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem em anexo.

7. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

7.1. Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;
- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registros de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;
- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

7.2. Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 112 (cento e doze) pareceres em processos;
- 349 (trezentos e quarenta e nove) pareceres envolvendo cálculos.

7.3. Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 8.090 (oito mil e noventa) e-mails;
- 6.849 (seis mil oitocentos e quarenta e nove) telefonemas.

7.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 144 (cento e quarenta e quatro) pessoas atendidas.

7.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Participação em reuniões acerca da implementação do projeto de certidões SAJ/CTD e SAJ-5;
- Participação em reuniões sobre Peticionamento Eletrônico no Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
- Participação em reuniões para criação de fundo de ressarcimento das conduções dos oficiais de justiça;
- Participação em reuniões para implementação do novo procedimento de pagamento de conduções aos oficiais de justiça;
- Reunião sobre solicitação de novas certidões em processos já certificados no Segundo Grau;
- Reunião na Academia Judicial sobre Curso de Procedimentos dos Cartórios Extrajudiciais, curso de procedimento na contadoria judicial e 2º Encontro Estadual de Distribuidores Judiciais;
- Reunião sobre Condução Oficial Justiça PG-5 utilizando estrutura do PG-3;
- Reunião para apresentação de projeto de revisão do Código de Normas (parte judicial);
- Reunião sobre Circular CGJ 288/2011 - Processos Findos com subcontas pendentes;
- Reunião Ar e Ar-Mp SAJ5 - Processo 437668-2011.4 (Ar 90 Dias);
- Reunião sobre pagamento das diligências para os oficiais nas Comarcas Integradas no SAJ/PG5;
- Reunião acerca do Destino/Eliminação Documentos Processos Digitalizados SAJ 5-CGJ;
- Reunião a respeito dos saldos transferidos da conta vinculada do juízo para a conta centralizadora do TJSC;
- Reunião sobre Porte de remessa e retorno dos recursos especiais e extraordinários;
- Sistema de Pagamento Condução do SAJ-3 no SAJ-5;
- Diligências dos Oficiais de Justiça;
- Pagamento de RPV's do JEFP e da Vara das Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios;

- Vinculação guias do Custas com Mandados - MA-SAJ-PG5-TJSC.2011.0056;
- Meta 5 – 2012 do Conselho Nacional de Justiça (Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento), com o fim de instruir os autos nº 447888-2012.6;
- Minuta da Resolução do Processo Eletrônico;
- Renovação de contrato com a SOFTPLAN;
- Proposta para a alteração de sistema de emissão de guias - Porte de Remessa e Retorno Recurso Especial e Extraordinário;
- Resolução CNJ n.º 156/2012 – Certidão para função de confiança ou nomeação para cargo em comissão;
- Projeto conta corrente de custas;
- Projeto Recolhimento de custas no Segundo Grau;
- SAJ-SGC - Gerenciamento de Certidões. Modelos na web TJSC;
- Participação e coordenação da Comissão Permanente de Atualização/Revisão do Manual de Orientação e Procedimentos para as Contadorias Judiciais – Manual do Contador;
- Participação no projeto de alteração dos boletos para pagamento de custas/preparo disponíveis na WEB;
- Participação na elaboração de projetos de lei;
- Participação na elaboração de esboços de ofícios-circulares, circulares, provimentos e resoluções.

7.6. Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Atualização do Manual do Contador;
- Atualização do Perguntas e Respostas;
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;

- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

7.7. Projetos em andamento

- Projeto conta corrente de custas;
- Projeto manual de custas do segundo grau.

7.8. Participação em eventos

- Encontro Estadual de Coordenadores de Centrais de Mandados do PJSC;
- 2º Encontro Estadual de Chefes de Cartório;
- Participação como instrutor de cálculos processuais nas 4 (quatro) turmas de Curso de Procedimentos para a Contadoria Judicial.

8. ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Dentro das atividades das assessorias, além da continuidade dos projetos iniciados e anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional da Corregedoria, no ano de 2012 foram realizados novos trabalhos em todos os setores desta Corregedoria. Abaixo serão relacionadas as atividades e projetos gerenciados com a participação direta ou indireta das Assessorias:

8.1. Site da Corregedoria Geral da Justiça

Ocorreram atualizações no site da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), visando a publicidade dos atos e orientações dos projetos. Dentro de algumas atividades no site, destacamos algumas:

- Plantão Judiciário em atendimento às normas do CNJ
- Magistral
- Portal de Transparência Institucional
- Portal do CEIJ
- Hot site do 9º Encontro Estadual dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

8.2. Site da CEIJ

Foi desenvolvido um novo site para a CEIJ – Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude que substituiu o antigo Portal da Infância e Juventude.

Nesta página, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e a Corregedoria-Geral da Justiça disponibilizam acesso rápido e fácil às informações necessárias para a busca da efetivação de todos os direitos fundamentais e os decorrentes do princípio da proteção integral, detalhados a partir da Constituição da República (art. 227), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90) e demais normas, com vistas ao desenvolvimento pleno e indistinto das crianças e adolescentes e, como meio e consequência, de toda a sociedade.

8.3. Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

Neste ano foram incluídos recurso para atendimento ao CNA – Cadastro Nacional de Adoção, permitindo que os pretendentes possam definir as Unidades da Federação em que desejam adotar.

As atualizações continuaram nos dois módulos existentes: no Módulo Web, em linguagem Java, e no Módulo Administrativo, em linguagem Delphi, bem como a continuidade no suporte às intuições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o sistema.

8.4. SPO – Sistema de Pagamento de Oficiais de Justiça

Foi desenvolvido um novo recurso no sistema que permite que o chefe de cartório ou outro servidor autorizado por este, de posse do mandado devolvido pelo oficial de justiça, efetue a solicitação de pagamento de guias recolhidas como antecipação de conduções em custas iniciais ou intermediárias para as Comarcas Integradas.

Foi desenvolvida uma rotina de para o pagamento nas Comarcas Migradas, que tiveram as guias do SAJ PG 3.0 migradas para o SAJ PG 5.0.

No mês de dezembro houve a atualização do SAJ PG 5.0 para a versão 1.5.8 que permite a vinculação de guias e consequente pagamento de oficias sem a necessidade do SPO. Desta forma, foram gerados scripts para atualização de dados do SPO no SAJ PG 5.0, eliminando a necessidade do SPO para Comarcas com esta versão do SAJ, restando apenas os mandados das Comarcas Integradas que ainda dependerão do SPO até que todas as Comarcas estejam rodando a mesma versão do SAJ.

8.5. Plantão judicial de primeiro grau

Foi ajustado o novo sistema para cadastramento de consulta de plantões judiciais, atendendo às normativas do CNJ de publicação das informações com 5 dias de antecedência.

8.6. Casa da Cidadania

Desenvolvimento de um sistema para consulta e impressão de dados estatísticos das atividades das Casas da Cidadania.

8.8. Jurado Voluntário e Portal de Peritos

Ajustes no sistema para a solicitação de desativação de cadastro, reativação de cadastro e solicitação de reenvio senhas.

8.8. SAJ Estatística

Novos relatórios e informações foram incorporados ao sistema e analisadas pela CGJ. O projeto continua em fase de adequação, com a troca de informações entre a CGJ e a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema, de modo a atender aos pedidos de informações encaminhados pelo CNJ.

O sistema e os relatórios provenientes de seu banco de dados tiveram adequações para que os relatórios e consultas possam ser realizados com as novas classes e assuntos do CNJ, bem como as novas movimentações.

8.9. Sistema de Inspeção Virtual

O Sistema de Inspeção Virtual teve ajustes com inclusão de novos relatórios para controle correicional. Foi incluída a opção de escolha do método de geração das planilhas, permitindo que o BR Office seja utilizado.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários.

8.10. Emissão de relatórios estatísticos

A extração de informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ continua sendo realizada de forma diária. As informações são utilizadas para correições, tomada de decisão, instrução de processos ou respostas aos ofício de outras instituições, como PGE e CNJ.

8.11. Programa DNA

O Sistema foi modificado para identificar kits antigos sem uso e, com isso, a possibilidade de encaminhamento às unidades que necessitam dos kits.

O sistema continua sendo operado para a distribuição de kits de coleta pelo Estado e tanto o suporte, quanto o atendimento, é realizado pela Assessoria.

8.12. Troca de microcomputadores e periféricos

Como atividade constante, houve a atualização de parte do parque tecnológico tanto na área judicial, quanto na extrajudicial.

8.13. SSP – Secretaria de Segurança Pública

Foi feita nova carga de dados de mandados de forma a sincronizar os dados da Justiça com a SSP e o Infoseg.

Foi desenvolvido um recurso para a transmissão das imagens dos mandados de prisão para envio à SSP e que deverá ser implantada no início de 2013.

8.14. Sistemas CNJ

As Assessorias de Informática, além de inserir dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ.

8.15. TRE – Tribunal Regional Eleitoral

Foram realizados ajustes no sistema de transmissão de dados ao TRE, permitindo que se identifique registros a serem baixados.

8.16. Rol de Antecedentes Criminais

Desenvolvimento de relatórios diversos para acompanhamento das informações e solicitação de correção de dados na Comarca de Origem, com integração ao TRE e SSP. Foi criada uma página para publicação das orientações aos usuários interno e externos, relacionada aos Róis da Corregedoria Geral da Justiça.

8.17. Metas – CNJ

Atendendo às Metas do CNJ, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de produção.

8.18. Projeto Malote Digital – Hermes

Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI foram definidas as UO's (Unidades Organizacioanis) e implantado o Malote Digital – Hermes para as comarcas integradas da Capital, para remessa de mandados entre Centrais de Mandados. O Sistema Malote Digital já está em pleno uso pelos cartórios extrajudiciais, desde novembro de 2011, permitindo o envio de documentos assinados digitalmente pela Corregedoria-Geral da Justiça, com o registro de remessa, recebimento e leitura das mensagens.

8.19. Relatórios Gerenciais

Está em desenvolvimento um sistema de acompanhamento correicional estatístico que permitirá ao Corregedor utilizar dados para a tomada de decisões, gerar relatórios correionais, programar inspeções, definir prioridades, dentre outras possibilidades

8.20. BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão

Especificação e auxílio à DTI no desenvolvimento do sistema para atendimento ao BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão – para o SAJ PG 3.0.

Desenvolvimento de sistema para controle e tratamento das

pendências geradas na migração dos mandados de prisão para o BNMP.

8.21. Portal Transparência Institucional e Metas de Nivelamento da Corregedoria Nacional

Criada página web para publicação dos relatórios de inspeção, anuais e da produtividade da CGJ-SC relacionada às Metas de Nivelamento da Corregedoria Nacional de Justiça. O Portal está em constante manutenção, com a alimentação dos dados relativos aos cartórios inspecionados (foro judicial e extrajudicial), e acompanhamento das Metas de Nivelamento do CNJ-CORR.

8.22. Consulta a base de dados da CASAN

Desenvolvimento de sistema para consulta à base de dados da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), com a finalidade de obter informações constantes no cadastro de clientes da Companhia, para instrução de processos judiciais.

8.23. Portal Assistência à Saúde (Res. 107 CNJ)

Iniciado o Projeto “Portal Assistência à Saúde” nos termos da Recomendação n. 31 do Conselho Nacional de Justiça, com a criação do site destinado à publicação de material técnico, científico e jurídico para auxiliar os magistrados nas decisões judiciais. Referido Portal será objeto de Termo de Cooperação Técnico a ser celebrado com os órgãos envolvidos.

8.24. Portal do Extrajudicial

Gestão do conteúdo, tais como comunicados, links, banners, imagens, sistemas, documentos e inclusão de novas páginas dedicadas, quais sejam: orientações, planejamento operacional do núcleo IV, cadastro – CNJ, Cadastro – MJ, Eventos, Central de Testamentos, RCPN - Papel de segurança e Inspeções Extrajudiciais 2012.

8.25. Projeto de Selos

Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria, teve várias modificações desde janeiro de 2012, a fim de atender à adequação de Lei, correções, ou reivindicação dos usuários. Algumas funcionalidades implementadas:

- novas regras do ressarcimento;
- novas regras da aquisição de selo;
- alteração de relatórios.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

8.26. Projeto Ressarcimento de Selos

Alterações no Sistema de ressarcimento de atos gratuitos (internet).

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Algumas funcionalidades implementadas:

- Inclusão de outros atos para ressarcimento;
- Melhoria no controle e na auditoria do sistema;
- Alteração da opção “previsão legal” para constar relação detalhada das leis passíveis de ressarcimento para determinados atos com a respectiva fundamentação legal;
- Adequação constante às leis.
- Acesso administrativo por parte do núcleo IV para visualizar, incluir ou excluir, conforme permissão, qualquer pedido de ressarcimento dos cartórios extrajudiciais;

Esta Assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

8.27. Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões de análise e definições da versão 2.0 do projeto do Selo Digital, estudo detalhado das necessidades de alteração nos modelos propostos para a nova versão de forma que pudessem viabilizar outros projetos desta Corregedoria, tais como: o novo ressarcimento eletrônico, centrais de consultas, cadastro e ressarcimento de juízes de paz, auditoria dos atos etc., bem como participação na implantação final do Selo Digital em Santa Catarina. Adequação do Portal de Consulta do Selo Digital à versão 2.0 e manutenção da página do Selo Digital. Início do estudo do novo sistema de ressarcimento eletrônico que fará uso do banco de dados do selo digital. Adequação definitiva da aquisição de selos à sistemática do selo digital.

8.28. Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita

Manutenção na Central de Escrituras Públicas de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha, dentro da área restrita do extrajudicial, onde é possível efetuarem-se os cadastros em banco de dados centralizados.

8.29. Ressarcimento dos Juízes de Paz

O Sistema de Ressarcimento dos Juízes de Paz encontra-se em fase final de desenvolvimento e permitirá aos senhores juízes de paz solicitarem o reembolso à título de ressarcimento previsto na Lei, dos atos de despacho designatório, diligência e condução intrínsecos aos casamentos singulares e coletivos.

8.30. SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção

Continua em desenvolvimento. O SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção que irá permitir a inspeção eletrônica pelos diretores de foro. O SIEL permitirá o cadastro da inspeção na internet através de checklist completo, elaborado pela assessoria do extrajudicial, e que ao final permitirá a geração

de ata para assinatura conforme o que foi preenchido nos formulários.

8.31. Portal de Consulta do Selo Digital

Com o lançamento da versão 2.0 do Selo Digital, O Portal de Consulta sofreu extensas adequações internas para garantir compatibilidade na consulta dos atos enviados tanto na versão 2.0 quanto nas versões anteriores do sistema. O portal de consulta do selo digital fornece a garantia de autenticidade dos atos lavrados constituindo ferramenta indispensável no tripé selo digital, envio das informações dos atos para o banco de dados centralizado e consulta pública. Permite que qualquer pessoa em posse do ato, possa conferir se o documento é verdadeiro. Para isso, basta digitar o número do selo digital no portal de consulta que trará todas as informações dos atos enviados pela serventia que lavrou o ato e que se encontra armazenada em nosso banco de dados.

8.32. Cadastro dos Juízes de Paz

Manutenção do sistema que as secretarias de foro, mediante autenticação, efetuam o cadastro dos juízes de paz titulares, ad hocs e suplentes atuantes em suas respectivas comarcas (Ofício Circular n. 248/2011).

8.33. Módulo de Cadastro on-line das serventias (Supercadastro)

Conclusão do desenvolvimento do Sistema com que permite as serventias extrajudiciais, mediante acesso autenticado, alterar seus próprios dados, tais como: endereço, telefone, conta bancária, cadastro de funcionários, titulares, substitutos, livros utilizados pela serventia e inclusão dos sinais públicos. Implementado, também, acesso por parte do núcleo IV para visualizar ou alterar, conforme permissão, qualquer cartório extrajudicial.

8.34. Atividades diversas

São desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao

desenvolvimentos dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- relatórios estatísticos diversos;
- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartórios extrajudiciais sobre assuntos relacionados com os sistemas de ressarcimento, cadastro on-line, malote digital (hermes), área restrita, aquisição de selos, central de escrituras etc.;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- capacitação de novos Assistentes Sociais;
- capacitação do sistema PRODNASC;
- reuniões da comissão do Selo Digital.
- Manutenção do novo ambiente servidor JBOSS para a Corregedoria;
- Migração de todas as aplicações que estavam nos servidores TOMCAT (TJSC5 e TJSC6) para o novo servidor JBOSS (cgj-jboss).

8.35. Pesquisa de cartórios

Manutenção na pesquisa pública de cartórios extrajudiciais, com implementação das novas informações obtidas no cadastro online (supercadastro) e melhoria na visualização da consulta.

8.36. Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor

- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinetes dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

8.37. Atendimento TSI – Técnico de Suporte em Informática

Os atendimentos começaram a ser contabilizados a partir de março de 2012.

- 76 mudanças de posto de trabalho completo;
- 917 atendimentos/suporte, sendo:
 - configurações e manutenção de microcomputadores e notebooks com programas utilizados na CGJ;
 - manutenção impressoras, estabilizadores, pendrives, modems 3g, mouses, teclados, monofones, telefones, monitores, CPU, cartões E-cpf;
 - instalação e manutenção pontos de rede no 10º e 11º andares;
 - instalação dos segundos monitores;
 - instalação dos certificados digitais;

- instalações e suporte X-Lite;
- instalações telefones de mesa;
- instalação Inspeção Virtual;
- instalações Saj5/CGJ, Saj5/CGJ Teste, Saj3, Saj3 Teste, Saj5 Comarcas, Saj Certidões, Saj Protocolo, Saj Estatística;
- suporte ao saj5/cgj – cadastro e orientação aos usuários;
- orientações ao Sistema Hermes;
- controle patrimonial equipamentos de informática;
- manutenção das listas da cgj (correge, corregeserv, cgjjud, infocgj, cgjextra)
- solicitações e-mails, bem como manutenção e orientações aos usuários para Windows Live Mail;
- solicitações de atualizações site CGJ;
- gravações de cds/dvds.

9. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

9.1. Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção no período de janeiro a dezembro de 2012.

Na forma de representação gráfica comparativa, apresentamos dados relativos às adoções nacionais, internacionais e às crianças/adolescentes em programas de acolhimento.

O foco do trabalho no corrente ano foram as visitas realizadas nas Entidades de Acolhimento (abrigos), que apresentaram problemas mais graves diagnosticados nas inspeções realizadas em 2011. Foram reavaliadas 53 instituições em 27 comarcas pela equipe da Ceja, juntamente com o Juiz Corregedor do Núcleo V.

No mesmo formato dos anos anteriores, além das visitas, ocorreram reuniões nos Fóruns com todos os profissionais da rede de atendimento dos municípios, ocasião em que se discutiu sobre as melhorias e deficiências institucionais que persistem.

Cabe observar importantes conquistas decorrentes destas ações de fiscalização. Das instituições verificadas, 80% apresentaram melhorias como mudança ou reforma da unidade física, contratação de técnicos com dedicação exclusiva, recomposição do quadro de pessoal, maior investimento na capacitação dos educadores, entre outras apontadas nos relatórios.

As demais atribuições da Ceja, que são a habilitação de pretendentes estrangeiros e o acompanhamento das adoções internacionais, a gestão dos cadastros estadual e federal, a organização de eventos e outras, constam detalhadas no presente relatório.

9.2. Quadro de pessoal

O quadro funcional da Ceja é constituído por três servidoras efetivas do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- 1 agente administrativa auxiliar - formação em Serviço Social – (art. 85)
- 1 técnica judiciária.

9.3. Atribuições

- (1)** Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros;
- (2)** Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- (3)** Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;
- (4)** Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – Cuida.
- (5)** Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;
- (6)** Elaboração de projetos para captação de recursos junto a organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;
- (7)** Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- (8)** Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- (9)** Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;
- (10)** Elaboração de material informativo relacionado à adoção;

(11) Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros.

(12) Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior.

(13) Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional.

(14) Acompanhamento aos cursos ministrados no Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção.

9.4. Projetos/Atividades

Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Toda movimentação neste sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos), é monitorada pela Ceja, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso. Também é responsabilidade da Comissão gerar estatísticas com base nas informações inseridas, para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do Estado.

Sistemas do CNJ:

Cadastro Nacional de Adoção(CNA),

Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA),

Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL)

Na qualidade de órgão gestor desses cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual – Cuida - a Ceja monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatísticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mantê-los atualizados.

Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção

Emissão de parecer nos relatórios dos cursos de preparação ministrados aos pretendentes à adoção. O parecer implica na avaliação do conteúdo programático e resultados alcançados.

Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento

O cronograma de inspeções foi cumprido em sua totalidade, tendo sido visitadas 27 comarcas e 53 entidades de acolhimento (abrigos) no segundo semestre do ano, conforme abaixo.

REGIÕES	PERÍODO				
	12 a 14 junho	17 a 19 julho	7 a 8 agosto	18 a 21 setembro	24 a 28 setembro
Região Vale do Itajaí					
Região Serrana					
Região Sul					
Região Norte					
Região Extremo Oeste					

Eventos/Treinamentos

Juntamente com a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e com a Academia Judicial foram realizados os seguintes eventos:

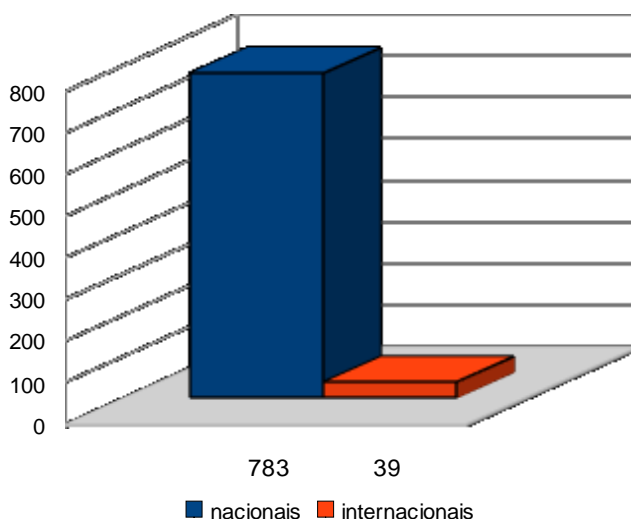
- a) Treinamento para Assistentes Sociais, em Florianópolis no dia 11 de junho;
- b) Fórum Estadual de Juízes e Técnicos do Poder Judiciário, em Florianópolis, nos dias 28 e 29 de junho;
- c) 9º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Balneário Camboriú, nos dias 08 e 09 de novembro.

9.5. Dados estatísticos

Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 03 (três) sessões realizadas;
- 62 (sessenta e dois) processos julgados: 54 (cinquenta e quatro) de pretendentes italianos, 06 (seis) franceses, 01 (um) espanhol e 01 (um) americano.

Adoções realizadas



Nacionais

Neste ano, **783** ações de adoção nacional foram sentenciadas, alguns desses processos correspondem a grupos de dois ou mais irmãos.

Internacionais

39 crianças e adolescentes adotados por estrangeiros, sendo:

Itália: 21 casais adotaram 39 crianças, representados pelas Instituições:

Il Mantello:

02 (duas) crianças com 09 e 11 anos

01 (um) grupo de 02 (dois) irmãos, 12 e 08 anos

03 (três) grupos de 03 (três) irmãos, entre 02 e 10 anos

01 (um) grupo de 05(cinco) irmãos, 13, 11, 08, 06 e 03 anos

TOTAL: **18** crianças/adolescentes

Cifa:

01 (uma) criança com 09 anos

02 (dois) grupos de 02 (dois) irmãos entre 04 e 10 anos

04 (quatro) grupos de 03 (três) irmãos entre 01 e 11 anos

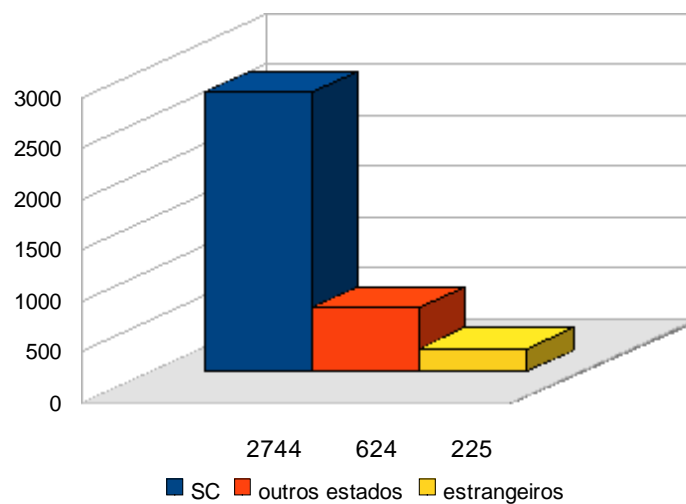
01(um) grupo de 04 (quatro) irmãos, 10, 09, 07 e 05 anos

TOTAL: **21** crianças/adolescentes

Pretendentes habilitados (dados gerais):

3593 pretendentes habilitados, sendo:

- Residentes em Santa Catarina: 2744 (76,37%)
- Residentes em outros Estados: 624 (17,375)
- Estrangeiros: 225 (6,26%)

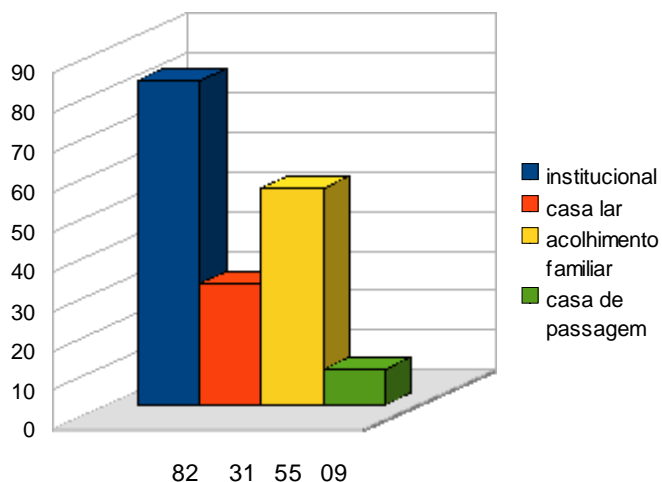


Entidades de acolhimento cadastradas na Ceja

177 programas de acolhimento, sendo:

- 82 acolhimento institucional (46,33%)
- 31 Casas Lares (17,51%)

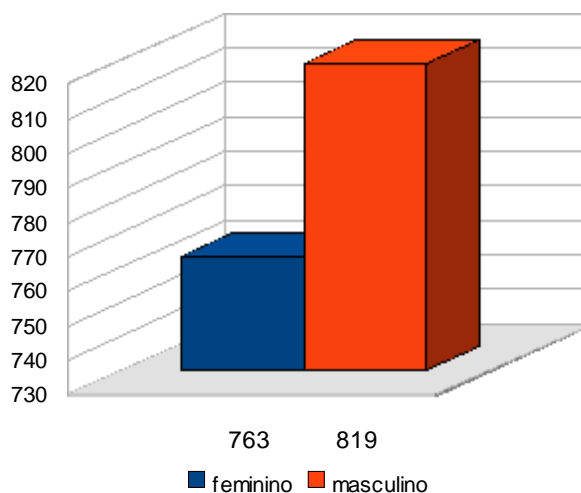
- Projetos de Acolhimento Familiar (31,07%)
- 09 Casas de Passagem (5,08%)



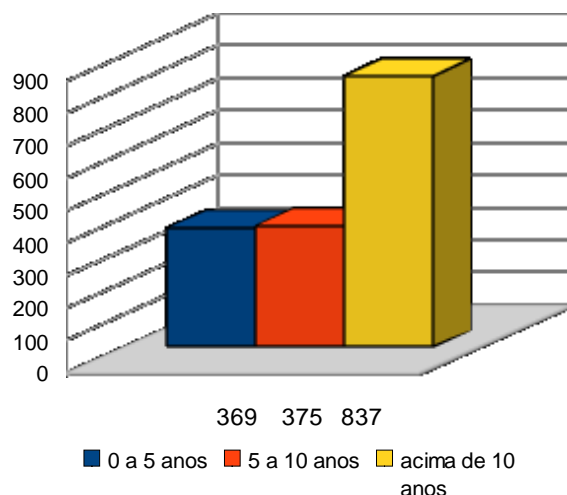
Crianças/Adolescentes acolhidos

1582 crianças/adolescentes acolhidos.

- Sexo feminino – 763 (48,23%)
- Sexo masculino – 819 (51,77%)



- 0 a 5 anos – 369 (23,32%)
- 5 a 10 anos – 375(23,70%)
- acima de 10 anos – 837 (52,90%)



Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

- 33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela Ceja.

Propostas

Além das atividades de rotina de competência da Ceja, temos como proposta realizar, juntamente com a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e com a Academia Judicial os eventos:

- a) Fórum de Juízes, Promotores de Justiça e técnicos do Poder judiciário e do Ministério Público, em Florianópolis, mês de junho;
- b) 10º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Chapecó, mês de setembro;
- c) Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário, em Chapecó, mês de setembro.
- d) II Seminário Internacional da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, mês de novembro.

Em continuidade às ações de fiscalização às instituições de acolhimento buscaremos seguir o cronograma abaixo.

REGIÕES	PERÍODO						
	26 a 28 fevereiro	11 a 15 março	16 a 19 abril	14 a 17 maio	11 a 14 junho	12 a 16 agosto	15 a 18 outubro
Sul							
Oeste							
Vale do Itajaí							
Serrana							
Grande Fpolis							
Extremo Oeste							
Centro norte							

10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL

10.1 Atividades Desenvolvidas

Durante o ano de 2012 a Secretaria-Geral desenvolveu as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ;
- participação em reunião com a Presidência e Corpo Diretivo do TJSC, no início da nova gestão, e apresentação de projeto orçamentário da Corregedoria-Geral;
- assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça e aos Juízes Corregedores em questões administrativas;
- organização de viagens do Corregedor-Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitação de diárias e de ressarcimentos de combustível para viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, com a respectiva prestação de contas;
- cotação e compra de passagens aéreas para as viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- cotação e locação de veículos necessários aos desempenho das inspeções correicionais e demais atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça no ano de 2012;
- planejamento do orçamento da Corregedoria-Geral da Justiça para o ano de 2013;
- apoio aos Juízes-Corregedores e Núcleos de Assessoramento no que concerne ao fornecimento de materiais, equipamentos de informática e telefonia móvel celular, administração de espaços físicos, dentre outros;
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;

- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- realização de auditoria patrimonial na Corregedoria-Geral da Justiça;
- seleção e distribuição de correspondências da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle do conteúdo do site da Corregedoria (contatos e estrutura organizacional);
- controle do quadro funcional da Corregedoria e procedimentos relacionados à inclusão e exclusão de servidores;
- criação e estruturação de seção na Divisão Judiciária;
- estruturação do Núcleo V, instituído no início desta gestão;
- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;
- avaliação de desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça, em conjunto com o Corregedor-Geral da Justiça e Juízes-Corregedores;
- avaliação dos servidores em estágio probatório;
- avaliação mensal dos terceirizados;
- solicitação de revisão dos pontos de energia elétrica e da rede lógica nos diversos setores da Corregedoria-Geral da Justiça;
- compra de livros para os núcleos de Assessoramento e Assessorias;
- inscrição de Servidores para participarem de cursos e eventos relacionados às suas áreas de atuação;
- lançamento de procedimentos licitatórios visando a aquisição de equipamentos de informática ao setor que promove a fiscalização e orientação dos serviços prestados pelos cartórios extrajudiciais, e a renovação da frota de veículos utilizados no desempenho das atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;
- retomada dos estudos visando implantar modelo organizacional que viabilize a execução das atividades da Corregedoria-Geral da Justiça com mais eficiência e precisão. A reestruturação, meta de nivelamento apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça, tem demandado

reuniões periódicas com os agentes envolvidos, servidores da Corregedoria e de outros setores do Tribunal de Justiça.

- solicitação de certificado digital (e-CPF) para os Juízes Corregedores e servidores da CGJ;
- solicitação à Academia Judicial de cursos de capacitação para os servidores da CGJ.

10.2 Participação dos servidores da Secretaria-Geral em cursos de capacitação

No decorrer do ano de 2012, a servidora Beatriz Krause participou de Encontro de Secretários de Assuntos Específicos e Assistentes de Atividades Específicas, e cursos de Técnicas de Pareceres e Decisões e de Técnicas Legislativas.

11. CONCLUSÃO – PALAVRAS FINAIS

Além da continuidade das ações que este relatório contém, pretende-se, neste ano, intensificar as visitas e inspeções às comarcas, com vistas à interação orientativa e preventiva.

Quanto aos procedimentos investigativos e disciplinares ora em tramitação na Corregedoria-Geral, estabeleceu-se a meta de que, até maio de 2013, pelo menos 80% do seu total estejam concluídos.

Também é meta da Corregedoria apresentar ao Tribunal Pleno, ainda no primeiro semestre, novos modelos de mapas indicativos estatísticos e relatórios dos magistrados de primeiro grau, com formato que permita visualização mais atraente, mais prática, mais simples e mais objetiva de seu conteúdo.

E como marco, destaco que há o compromisso assumido para sediar, em julho ou novembro próximos, o Encontro do Colégio dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça – Encoge, possivelmente em Florianópolis ou Balneário Camboriú, o que exigirá muito trabalho de preparação e organização, dada a magnitude e tempo de um evento desse porte.

Reiterando o agradecimento a todos os desembargadores, juízes e servidores, sem distinção, responsáveis diretos pelo que pode ser alcançado, torno a pedir-lhes o indispensável apoio na continuação da empreitada, para que possamos ter uma Justiça cada vez mais forte, mais confiável, mais célere, e entregar à sociedade o que ela efetivamente quer e merece.

Florianópolis, em 10 de janeiro de 2013

Desembargador **Vanderlei Romer**
Corregedor-Geral da Justiça

12. ANEXOS

12.1. Anexo 1 – Relatório anual de acompanhamento de processos – Divisão Administrativa

12.2. Anexo 2 – Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária

12.3. Anexo 3 – Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária